



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

GERALDA GILVANDA DE MEDEIROS

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E INFORMAÇÃO: mulheres atendidas na
Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher - DEAM – João Pessoa

João Pessoa
2016

GERALDA GILVANDA DE MEDEIROS

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E INFORMAÇÃO: mulheres atendidas na
Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher - DEAM – João Pessoa

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Graduação em Biblioteconomia do Centro
de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade
Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do
título em Bacharel.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Gisele Rocha Côrtes

João Pessoa
2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M488v Medeiros, Geralda Gilvanda de.

Violência contra mulheres e informação: mulheres atendidas na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher - DEAM – João Pessoa/ Geralda Gilvanda de Medeiros. – João Pessoa, 2016.

65f. : il.

Orientadora: Prof.^a Dra. Gisele Rocha Côrtes
Trabalho de conclusão de curso (Graduação em
Biblioteconomia) – UFPB/CCSA.

1. Biblioteconomia. 2. Violência contra mulheres. 3. Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) - informação.
4. Relações de gênero. I. Título.

GERALDA GILVANDA DE MEDEIROS

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E INFORMAÇÃO: mulheres atendidas na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher - DEAM

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Biblioteconomia do centro de Ciências Sociais Aplicada da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título em Bacharel.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Gisele Rocha Côrtes

Aprovada em:30/11/2016

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Gisele Rocha Côrtes (DCI/UFPB)
Orientadora

Prof. Dr. Edvaldo Carvalho Alves (DCI/UFPB)
Examinador

Prof.^a Me. Genoveva Batista do Nascimento (DCI/UFPB)
Examinadora

Ao meu pai (*in memorian*) e às pessoas que colaboraram na minha caminhada. A professora Dr.^a Gisele Rocha Cortês que me orientou com calma, paciência e tranquilidade. Em especial: a minha filha Gracila e ao meu genro Adailson e meu neto Jorge,
DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A todas as forças superiores que me guiaram para que eu conseguisse enfrentar as dificuldades e os desafios durante esse longo processo na realização de sonho pessoal.

À minha filha Gracila Medeiros e ao meu genro Adailson Regis de Oliveira por estarem ao meu lado nos momentos de aflição.

À minha mãe Rita Lucina de Medeiros.

Aos meus seis irmãos.

Às minhas duas irmãs.

À minha colega de sala e amiga Niedja Nascimento Barros, por sempre estar ao meu lado em todos os momentos no decorrer do curso, sejam esses momentos de alegria ou tristeza, mas também contribuindo para superar as dificuldades.

A todos/as os/as professores/as do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba.

À professora Genoveva Batista do Nascimento, em especial, por ser muito atenciosa comigo, respondendo aos meus questionamentos e atendendo as minhas solicitações, fora e dentro da sala de aula.

A todas/os as/os colegas de sala que fizeram parte da caminhada, mesmo aqueles que por alguma razão não puderam chegar ao final desta trajetória.

A todos/as que nutriram minha força interior, para vencer mais uma batalha.

A todos/as que contribuíram, direta ou indiretamente, através das opiniões e experiências vivenciadas.

Em especial, em nome da Dr.^a Maísa Félix Ribeiro de Araújo, agradecemos a toda equipe da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – DEAM, pelo acolhimento e fornecimento de todas as informações necessárias à realização da pesquisa.

Em nome de Gilberta Santos Soares, nossos agradecimentos à Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana e à Companhia de Processamento de Dados da Paraíba – CODATA.

À Flávia Belmont de Oliveira, pela participação na pesquisa e sua contribuição como pesquisadora com muita calma, paciência e dedicação.

Ao Professor Dr. Edvaldo Carvalho Alves e a Professora Me. Genoveva Batista do Nascimento, por terem aceitado participar da banca.

“Sobre os significados que, neste momento e nesta cultura, estão sendo atribuídos a uma dada aparência corporal; [...] indagar sobre os processos históricos e culturais que possibilitaram que determinadas características se tornassem tão especiais; sobre os processos que permitiram, finalmente, que certas características passassem a ‘valer mais’ do que outras. Porque, no fundo, é disso que se trata.”

Guacira Lopes Louro

RESUMO

O fenômeno da violência doméstica contra as mulheres afeta milhares de mulheres no Brasil, configurando-se complexo problema social. Em geral, esta modalidade de violência é considerada normal, de âmbito privado, tendo em vista o machismo que prevalece no país. Um dos desafios para o enfrentamento do fenômeno consiste na organização, produção e disseminação de estatísticas precisas sobre o perfil das mulheres e a dinâmica das violências. Tais ações, dinamizadas por profissionais da informação, em especial bibliotecárias/os, possibilitam traçar estratégias para coibir e prevenir a violência doméstica contra as mulheres. A pesquisa consiste em descrever o perfil da violência contra as mulheres, tendo como foco as mulheres em situação de violência doméstica que acessaram a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher - DEAM de João de Pessoa, Unidade Zona Norte. Utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, descritiva e documental, com abordagem quantitativa, com a qual objetivou-se, a partir de indicações e tendências, a construção de um banco de dados com o perfil das vítimas de violência. Os registros estudados foram de mulheres na faixa etária de, respectivamente, 18 a 24 e de 25 a 31 anos das mulheres atendidas em 2014. A pesquisa evidencia a violência doméstica contra as mulheres, a relevância do planejamento de ações em rede para o seu enfrentamento e a importância de bibliotecárias/os atuarem como mediadoras/as da informação também em unidades informacionais não tradicionais, a exemplo da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher - DEAM, no sentido de organizar, disseminar e democratizar informações seguras e confiáveis para a prevenção deste grave problema social, que atinge os direitos humanos das mulheres.

Palavras-chave: Biblioteconomia. Violência contra Mulheres. Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) - Informação. Relações de Gênero.

ABSTRACT

The phenomenon of domestic violence against women affects thousands of women in Brazil, forming a complex social problem. In general, this type of violence is considered normal, of private extent, in view of the machismo that prevails in the country. One of the challenges in confronting the phenomenon is the organization, production and dissemination of accurate statistics on the profile of women and the dynamic of violence. Such actions, stimulated by information professionals, especially librarians, make it possible to draw up strategies to curb and prevent domestic violence against women. The research consists of describing the profile of violence against women, focusing on women in situation of domestic violence who access the Specialized Police Station for Assistance to Women - DEAM of João Pessoa, North Zone Unit. A methodology of bibliographic, descriptive and documentary research was used, with a quantitative approach, with which it aims, based on indications and tendencies, a database construction with the profile of victims of violence. The records studied were of victims in the age group of, respectively, 18 to 24 and 25 to 31 years of the women assisted in 2014. The research evidences domestic violence against women, the relevance of networked action planning in facing it and the importance of librarians as mediators of information also in nontraditional information units, such as the Specialized Department of Women's Assistance - DEAM, to organize, disseminate and democratize secure and reliable information for a serious prevention problem which affects the human rights of women.

Keywords: Librarianship. Violence against Women. Specialized Department of Assistance to Women (DEAM) - Information. Gender Relationships.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Faixa Etária geral das usuárias da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) de João Pessoa – Unidade Zona Norte.....	48
Gráfico 2 - Faixa Etária	49
Gráfico 3 - Escolaridade	50
Gráfico 4 - Situação Ocupacional	51
Gráfico 5 - Situação Conjugal	52
Gráfico 6 - Tipos de Violência	53
Gráfico 7 - Relação Autor/a da Violência	55
Gráfico 8 - Local da Violência	56

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ABA** - Associação Brasileira de Antropologia
- ABEP** - Associação Brasileira de Estudos Populacionais
- ABET** - Associação Brasileira de Estudos do Trabalho
- ABRALIC** - Associação Brasileira de Literatura Comparada
- ABRAPSO** - Associação Brasileira de Psicologia Social
- ALA** - American Library Association
- ANPED** - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
- ANPOCS** - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
- ANPOLL** - Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Letras e Linguística
- ANPUH** - Associação Nacional de História
- BRAPCI** - Base de Dados Referencial de Artigos e Periódicos em Ciência da informação
- CECF** - Conselho Estadual da Condição Feminina
- CFEMEA** - Centro Feminista de Estudos e Assessoria
- CI** - Ciência da Informação
- CNDM** - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
- CODATA** - Companhia de Processamento de Dados da Paraíba
- DEAMs** - Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher
- ENANCIB** - Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
- ENEPMCM** - Escola Normal Estadual Professora Maria do Carmo de Miranda
- ENF** - Encontros Nacionais Feministas
- ENMN** - Encontro Nacional de Mulheres Negras
- EUA** - Estados Unidos da América
- MEMEX** - Memory Extension
- NEDIM** - Núcleo de Estudos, Documentação e Informação sobre Mulher
- NEIM** - Núcleo de Estudo Interdisciplinar sobre a Mulher
- NEM** - Núcleo de Estudos da Mulher
- NSV** - Não sofreu violência
- ONG** - Organização Não governamental
- ONU** - Organização das Nações Unidas

REDOR - Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero

RS - Responsabilidade Social

SEMDH - Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana

SPM - Secretaria de políticas para as Mulheres

TDNR -Trabalho Doméstico Não Remunerado

TICs -Tecnologia da Informação e Comunicação

SÚMARIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 OBJETIVO GERAL.....	13
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	13
2 JUSTIFICATIVA	13
3 METODOLOGIA	16
4 BREVE HISTÓRICO DO MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL.....	18
5 IMPLANTAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE ATENDIMENTO ÀS MULHERES NO BRASIL.....	25
5.1 INFORMAÇÃO, PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIA/O E A VIOLENCIA CONTRA AS MULHERES .	29
5.2 BREVE HISTÓRICO DA BIBLIOTECÔNOMIA	34
5.3 A BIBLIOTECÔNOMIA E A VIOLENCIA CONTRA AS MULHERES: MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO	42
6 A VIOLENCIA CONTRA MULHERES NA PARAÍBA – DADOS DA PESQUISA REALIZADA NA DEAM DE JOÃO PESSOA.....	46
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS	59

1 INTRODUÇÃO

Embora os mecanismos de enfrentamento a violência contra mulheres sejam difundidos nos nossos dias, principalmente, em um mundo cada vez mais globalizado e, com o avanço tecnológico sem referência em nenhum outro momento histórico, os índices referentes as violências sofridas pelas mulheres, ainda carecem serem estudados pelos diversos ramos profissionais.

Nesse sentido, destacamos a importância da/o bibliotecária/o para assegurar a organização, tratamento, seleção e disseminação dos inúmeros dados produzidos nos serviços de enfrentamento à violência contra mulheres, como é foco dessa pesquisa na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de João Pessoa (DEAM).

A/o bibliotecária/o, diante das tecnologias existentes em um mundo cada vez globalizado, exerce um papel fundamental como mediador/a da informação, considerando que é uma profissão de suma importância para os serviços de enfrentamento a violência, dada a relevância da prática e dos instrumentos empregados por este/a profissional.

Nós, como futuras/os bibliotecárias/os, por meio de projetos de pesquisas, poderemos ter acesso aos dados que se referem às mulheres em situação de violência doméstica que acessam ou procuram as unidades de apoio. Na medida em que os dados forem coletados, organizados e sistematizados, estes serão convertidos em informações e podem contribuir para a redução da violência contra as mulheres e também gerar novos conhecimentos.

No tocante a temática abordada, a/o profissional bibliotecária/o precisa ter uma visão ampla sobre o papel de atuação no, tendo em vista que existe uma diversidade de usuárias/os necessitando de informação, a exemplo das mulheres em situação de violência doméstica.

Na verdade, a/o bibliotecária/o que trabalha em biblioteca ou em qualquer unidade de informação, tem uma grande responsabilidade social. Nesta perspectiva, concebe-se que as bibliotecas/unidades de informação com apoio de gestores/as podem fazer campanhas, exposições de livros, saraus divulgando o fenômeno da violência contra as mulheres, os órgãos de apoio, as políticas públicas existentes, as legislações, disseminando os canais de informação pelos os quais as mulheres poderão romper com o ciclo da violência. .

Na vivência em sala de aula, sempre escuto das/os colegas/os questionamentos quando falamos sobre temática que abordará os seguintes temas: gênero, violência doméstica e sexual. Questionamentos do tipo: onde entra a biblioteconomia? Qual a ligação do/a profissional bibliotecária/o com essas temáticas?

Dada à constatação da necessidade da prática da/o bibliotecária/o nas DEAMs, pressupõe-se a relevância desta pesquisa, propondo como objetivos gerais e específicos:

1.1 OBJETIVO GERAL

O presente estudo visa descrever o perfil da violência contra as mulheres, tendo como foco as mulheres em situação de violência doméstica que acessaram a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – DEAM de João de Pessoa, Unidade Zona Norte.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Traçar o perfil das mulheres atendidas na DEAM;
- Evidenciar como a/o bibliotecária/o pode contribuir na mediação da informação a respeito da violência contra as mulheres e para o seu enfrentamento.

2 JUSTIFICATIVA

Inicialmente é necessário registrar a importância do tema abordado neste trabalho, haja vista tenhamos como objetivo apresentar a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) de João Pessoa e mostrar como a/o bibliotecária/o pode contribuir para o enfrentamento da violência doméstica.

A motivação que levou a escolher este tema está diretamente relacionada à grande afinidade que tenho com temas que abordem o direito de igualdade para todas/os e de modo muito particular, as lutas que as mulheres, no Brasil e no mundo, tiveram para conquistar seus direitos.

Por isso, no ano de 2009, a temática foi abordada para o meu trabalho de conclusão de curso do Ensino médio na modalidade “magistério” da Escola Normal Estadual Professora Maria do Carmo de Miranda - ENEPMDM, sob o título *Gênero e Educação: reflexões sobre a prática docente em sala de aula*.

Abordar a questão de gênero, principalmente na educação infantil, é de fundamental importância, considerando que nesta etapa da vida a criança está no processo de ensino/aprendizagem. Dessa forma, em meu estágio de docência, pude perceber que a escola é um dos principais espaços nos quais é visível a reprodução de uma cultura patriarcal.

Nesse sentido, a inquietação que levou discorrer sobre o assunto, foi a maneira como na educação das crianças, principalmente no que se refere aos papéis atribuídos ao que é ser

menino ou menina, a escola reproduz as relações sociais desiguais de poder entre homens e mulheres, quando, na verdade, deveria ser o local adequado para lidar com os diferentes modos de ser homem ou mulher vivido pelas pessoas.

Louro (2003, p.58) afirma que a “escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode, ou não pode fazer, ela separa e institui. Informa o “lugar” dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas”, reproduzindo os padrões socialmente construídos.

O que percebi foi uma grande influência por parte das instituições de ensino privadas ou públicas, contribuindo com preconceitos e estereótipos. O que vai de encontro com a função da instituição escolar, que juntamente com toda equipe de educadores, deveria garantir o direto de oportunidade de cada indivíduo, respeitando o seu jeito de ser e tratando com dignidade.

Nesse sentido, a sala de aula e em unidades informacionais diversas poderia ser o ambiente propício onde podemos amenizar os estereótipos sobre masculinidade e feminilidade, tendo em vista que são heranças culturais transmitidas pela sociedade. Ainda neste período de prática docente, foi possível vivenciar, além de estereótipos de gênero, o visível preconceito étnico/racial e social dentro do ambiente escolar.

Assim, a motivação para continuar o estudo sobre as mulheres e as opressões por elas sofridas aumentou quando ingressei no curso de Bacharelado em Biblioteconomia, porque a partir desse ingresso, abriu-se a possibilidade continuar os estudos sobre as violências as discriminações sofridas pelas mulheres.

No período da graduação, outro momento que levou o interesse acerca desta temática surgiu a partir da disciplina Leitura e Produção de Textos, ministrada pela professora Dra. Gisele Rocha Côrtes, no quinto período do curso de Biblioteconomia. Percebe-se que a/o bibliotecária/o tem uma grande diversidade de opções de atuação, tanto nas bibliotecas como em ambientes não tradicionais.

Posteriormente, tive a oportunidade de participar do projeto de extensão “Violência contra Mulheres e Informação na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher” do Programa de Bolsas de Extensão da Universidade Federal da Paraíba, sob a coordenação da professora Dra. Gisele Rocha Côrtes.

Para tanto, o presente trabalho está organizado de modo que possibilite a compreensão do trajeto realizado para alcançar os objetivos propostos. Na primeira seção temos a introdução do trabalho, na segunda seção a metodologia e, na terceira seção, retratamos um breve histórico do movimento feminista no Brasil.

A quarta seção, foi subdividida em um breve histórico sobre a implantação dos órgãos de atendimento às mulheres no Brasil; a relação entre informação, o papel da/o bibliotecária/o e a violência contra mulheres; um breve histórico da biblioteconomia; e, a relação da biblioteconomia com violência contra as mulheres. Na quinta, apresentamos a descrição dos dados e posteriormente seguem-se as considerações finais acerca do presente estudo.

3 METODOLOGIA

Salientamos que esse estudo se preocupa em analisar o fenômeno da violência e por isso, requer um rigoroso planejamento, pois conforme Lakatos e Marconi (1992, p. 40) “o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo. [...] traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”.

A pesquisa aqui apresentada utilizou como metodologia a pesquisa bibliográfica, descritiva e documental, como elemento balizador, referente ao debate conceitual sobre o objeto delimitado e a partir da leitura de inquéritos. Para o alcance dos objetivos foram coletadas informações de aproximadamente 1.694 mulheres vítimas, a partir das quais se geraram números e gráficos dos dados analisados pela estatística descritiva.

Lakatos e Marconi (2011) nos dizem que a pesquisa bibliográfica objetiva buscar subsidiar pesquisadores (as), por meio da revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico.

Além disso, utilizamos como técnica a abordagem quantitativa, a qual se objetiva a partir de indicações, tendências e levantamento de informações, no sentido de auxiliar na construção de dados, a respeito de determinado tema. Assim, nossa pesquisa busca informações nos inquéritos instaurados na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) do Estado da Paraíba, constituindo a pesquisa documental.

A coleta de dados foi realizada através da pesquisa documental, por meio das fichas de inquéritos de violência da (DEAM). As informações apresentadas neste trabalho são fruto dos resultados apresentados na pesquisa “Violência contra Mulheres e Informação na Delegacia de Atendimento à Mulher”, ocorrida no ano de 2015.

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

Desta forma, o universo da pesquisa foi composta de 1.694 (hum mil, seiscentos e noventa e quatro) mulheres em situação de violência doméstica. Para a presente pesquisa, utilizamos como amostra as mulheres que acessaram a DEAM e possuíam entre 18 a 31 anos,

configurando 864 (oitocentos e sessenta e quatro) mulheres. Além disso, teremos como base para construção do perfil as seguintes variáveis/categorias:

- Faixa etária
- Escolaridade
- Situação Ocupacional;
- Situação conjugal;
- Tipos de violência;
- Relação autor/a da violência e
- Local da violência

Cabe salientar que a descrição dessas variáveis são importantes na construção do perfil das mulheres em situação de violência atendidas na DEAM.

4 BREVE HISTÓRICO DO MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL

Para fins de explanação dos elementos históricos aqui retratados, tomamos como referência o século XIX, momento em que o movimento feminista surge politicamente, com os princípios de um formato organizacional que o permitiu ser reconhecido e propagado publicamente pelo mundo (BLAY, 2001).

Fatos históricos são reconhecidos como marcos legais, por exemplo, na Inglaterra no século XIX, o movimento se difundiu com a luta pelo direito ao voto feminino, ficando suas participantes conhecidas como '*As Sufragetes*' que organizaram e lideraram a luta por diversas conquistas femininas na época.

Ainda no século XIX, organizações de mulheres começam a surgir no interior das fábricas têxteis em Nova York, a luta por melhores condições de trabalho, grandes e importantes greves aconteceram nesse período, assim como a luta pelo voto que também teve voz nos Estados Unidos.

As ações de luta das mulheres começam a ganhar corpo e se desenhar politicamente, passando a se reconhecer como movimento, esquematizando assim sua bandeira de luta, seus ideais e se fazendo reconhecer externamente. A partir de então, estudos sobre os movimentos de mulheres têm surgido, proporcionando a produção do conhecimento, como podemos entender na seguinte afirmação

O feminismo, enquanto movimento social é um movimento essencialmente moderno, surge no contexto das ideias iluministas e das ideias transformadoras da Revolução Francesa e da Americana e se espalha, em um primeiro momento, em torno da demanda por direitos sociais e políticos. [...] mobilizou mulheres de muitos países da Europa, dos Estados Unidos e, posteriormente, de alguns países da América Latina, tendo seu auge na luta sufragista. (COSTA, 2005, p. 1-2).

A autora traz uma conceituação mais ampla do movimento político das mulheres, a partir de uma análise histórica. Dessa forma, a autora comprehende o movimento feminista como balizador de ideias transformadoras da situação das mulheres, da luta por direitos sociais e políticos. Nesse sentido, o movimento feminismo como luta política assume um caráter de mudar as estruturas de poder vigentes, promovendo avanços nos direitos sociais, civis e políticos das mulheres.

No Brasil, as lutas das mulheres são delineadas com objetivos e bandeiras de luta bem definidos. De modo que o ano de 1910 é reconhecido como marco da entrada do feminismo no

Brasil. Neste período foi fundado o Partido Republicano Feminino, nascendo com o propósito de discutir e lutar pela emancipação do voto feminino.

A luta pelo voto feminino no Brasil não teve as características de movimento de massas, como ocorreu nos Estados Unidos e Inglaterra. Iniciou-se bem mais tarde, em 1910, quando a professora Deolinda Daltro funda, no Rio de Janeiro, o Partido Republicano Feminino, com o objetivo de ressuscitar no Congresso Nacional o debate sobre voto da mulher, que havia sido retomado desde a Assembleia Constituinte de 1891. (ALVES; PITANGUY, 1985, p.47).

A partir desse marco teórico/histórico as ideias e ideais feministas entravam no Brasil, e mesmo não tendo as características de movimento de massa como aconteceu em outros países, se organizou a partir da elite cultural feminina do país, em especial do Rio de Janeiro.

As sufragistas brasileiras foram lideradas por Bertha Lutz, bióloga, cientista de importância, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto. Foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública pelo voto, tendo inclusive levado, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Larmartine, que dava o direito de voto às mulheres. Este direito foi conquistado em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral brasileiro. (PINTO, 2010, p.16).

O feminismo brasileiro, depois de ter conquistado o direito ao voto, em 1932, passou por um momento de retração devido às mudanças que aconteciam na conjuntura política do Brasil. A partir de 1937, com o Estado Novo, não era possível qualquer tipo de campanha popular de cunho reivindicatório.

A democratização do país a partir de 1945 incluiu um número expressivo de mulheres nas campanhas nacionais, sendo elas, *a da Anistia, a do Petróleo e pela Paz Mundial*. É importante destacar que nesse momento as mulheres se organizavam em Associações de Bairro. Mesmo que essas atividades não fossem de cunho feminista, marcavam, de qualquer forma, a participação das mulheres na sociedade. (ALVES; PITANGUY, 1985).

Na década de 1950, as lutas femininas ganharam força com a realização de eventos organizados pelas próprias mulheres. Em 1951 aconteceu o I Congresso da Federação de Mulheres do Brasil, o qual contou com a presença 31 delegadas de todos os estados, sendo 146 donas-de-casa e as demais operárias, funcionárias públicas, professoras, profissionais liberais, estudantes e campesinas (TELES, 2003).

Segundo Teles (2003), no ano de 1952, realizou-se a 1^a Assembleia Nacional de Mulheres, com representantes de nove estados, como bandeiras de luta do movimento, destaca-

se a igualdade de salários entre homens e mulheres, a aposentadoria aos 25 anos de serviço e a instalação de creches nos locais de trabalho. Em 1956, foi realizada no Rio de Janeiro, de 18 a 20 de maio, a Conferência Nacional de Trabalhadoras que elegeu 12 delegadas para a Conferência Mundial de Mulheres.

No ano de 1964, o país sofre um Golpe Militar o que agravou a repressão sofrida pelos movimentos populares e obviamente os movimentos feministas estavam inseridos nesse contexto, o que não significa que os encontros, as articulações e organizações deixaram de acontecer, sendo fortalecidos por uma causa comum entre grupos minoritários, que era a oposição ao regime militar.

A instauração da ditadura militar, em abril de 1964, acarretou radical mudança na política. A repressão atingiu as forças populares organizadas, [...] sindicalistas e camponeses, professores, advogados, jornalistas e estudantes. Sem suas lideranças, a grande maioria do povo tinha ficado perplexa. (TELES. 2003, p. 55)

A partir da década de 1970, houve no Brasil o fortalecimento das lutas contrárias ao Regime Militar com protagonismo do movimento feminista e de mulheres. Da mesma forma, na luta pelos direitos das mulheres, brasileiras que estavam no exílio se articularam com o movimento feminista no mundo e na América Latina, pautando as reivindicações das mulheres referentes aos direitos civis e políticos.

No início dos anos 70, o movimento de libertação de mulheres começava a se expandir por toda a Europa, fazendo proliferar os ditos grupos de conscientização – passeatas, todo tipo de mobilização possível em torno das questões geradas a partir da opressão patriarcal. As brasileiras no exílio e aquelas com bolsas de estudo na Europa, como na América do Norte, começavam a entrar em contato com neofeminismo e tentavam articular uma militância feminista voltada principalmente para a América Latina e mais ainda para o Brasil. (FIGUEIREDO, 2008, p.56-57).

Em conformidade com a literatura, podemos destacar a importância do fato de que, em 1975, as Nações Unidas criou o Ano Internacional da Mulher, organizando o Encontro Internacional, na cidade do México, o qual teve como principal objetivo reconhecer o direito das mulheres à integridade física, inclusive a autonomia de decisão sobre o próprio corpo e o direito à maternidade opcional (ONU, 1976).

É importante ressaltar que, a partir de 1975, as feministas potencializaram a exigência para a igualdade de direitos e para discutir a situação de subordinação das mulheres. Foi a partir desse momento que os direitos começaram a repercutir e ter visibilidade junto à opinião pública. No entanto, só depois da consolidação do Ano Internacional da Mulher, as feministas brasileiras

voltaram a se organizar, atuando em grupos de estudos e planejando jornadas de luta e campanhas de mobilização (TELES, 2003).

O debate sobre o direito das mulheres à integridade física ganha força com o surgimento de documentos internacionais, resultado das lutas feministas, referendando a importância que os Estados nacionais criassem políticas públicas que garantissem esses direitos às mulheres.

A atuação do feminismo em nível institucional, isto é, na relação com o Estado, nesse e em outros momentos, não foi um processo fácil de ser assimilado no interior do movimento. A participação nos conselhos, e em especial, no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), foi uma questão polêmica que incitou os ânimos no VII Encontro Nacional Feminista, realizado em 1985, em Belo Horizonte. (COSTA, 2005, p.6).

No Brasil, na década de 1980, o processo de redemocratização é marcado pelo avanço das reivindicações pelos direitos sociais e, nesse sentido, a atuação dos movimentos feministas junto às instituições de promulgação de direitos e tomada de decisão foi indispensável para a constituição dos direitos em defesa das mulheres.

No ano de 1985, a III Conferência Mundial das Mulheres, na cidade de Nairóbi, no Quênia, contribuiu para que fosse incorporada no Conselho Estadual da Condição Feminina, no Estado de São Paulo, a análise sobre a situação da mulher no país, por meio das pesquisas de Sueli Carneiro e Thereza Santos.

No ano de 1988, as mulheres negras deram impulso para a constituição de uma organização objetivando intensificar as reflexões e ações pela luta contra as opressões racial e de gênero, apontando a necessidade de se analisar a opressão das mulheres na intersecção entre racismo e sexism. Ainda no ano 1988 foi realizado o I Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN), em Valença (RJ) com a participação de 450 mulheres negras de 17 estados do país de diferentes setores e experiências organizativas.

Nos anos de 1987, 1989 e 1991, foram realizados três Encontros Nacionais Feministas (ENF), a cada encontro aumentava o número de participantes e a presença ativa de setores que influenciaram no movimento de redemocratização, a exemplo das mulheres dos movimentos sindical, popular e negro.

Já no âmbito da América Latina e Caribe, a ampliação na participação se deu a partir do terceiro encontro, em Bertioga, no ano de 1985. De acordo com Ribeiro (1995) ocorreram seis Encontros Feministas Latino Americanos e do Caribe, com isso as mulheres ganhavam espaço na esfera pública, atuando nas instâncias de tomada de decisão.

Essa perspectiva de atuar na esfera pública representava para muitas feministas uma lacuna na luta pela autonomia do movimento feminista. Vale ressaltar que para o movimento feminista ter o Estado como aliado, assim como gestores/as assumindo o compromisso de implantar políticas públicas específicas para as mulheres era de suma importância para a transformação da situação feminina (COSTA, 2005). Ressalta-se que nesta década, graças às reivindicações do movimento feminista, foi implantado em São Paulo, a primeira Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher. Tal processo será detalhado no tópico abaixo.

A década de 1990 é marcada pela fragilidade dos mecanismos de governo para as mulheres: o período de avanço no campo dos direitos sociais foi interrompido pela implantação de um modelo econômico dominante no Estado brasileiro, ocasionando péssimas condições dos serviços sociais existentes e desarticulando os movimentos sociais de lutas pelas mulheres.

Nos anos 1990, o movimento feminista ampliou sua agenda de ação [...] Organizaram-se, nestes anos, mais de mil grupos espalhados pelo Brasil afora, atuando em partidos políticos, em estruturas do Estado, sindicatos, grupos autônomos, associações de moradores, organizações não governamentais, instâncias de controle social. (BRASIL, 2010, p. 33).

No ano de 1991, em Salvador (BA), realizou-se o II Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN), o qual teve a participação de 430 mulheres, de 17 estados do país, tendo como pauta principal Organização Estratégias e Perspectivas. Nesse encontro, uma das sugestões de grande relevância para o movimento de mulheres negras é que fossem realizados Seminários Nacionais, os quais foram precedidos de Seminários regionais ou estaduais com a finalidade de aprofundar a discussão sobre a situação das organizações de mulheres negras e dos encontros nacionais (RIBEIRO, 1995).

A crescente organização das mulheres negras e da compreensão da necessidade de participação nos processos de articulação e intervenção da sociedade civil foi intensificada para viabilizar a presença nas Conferências Mundiais convocadas pela ONU a partir da década de 1990, visando alargar o debate sobre a questão racial.

A atuação das mulheres negras brasileiras, tornou-se elemento fundamental para a participação na V Conferência Mundial de População e Desenvolvimento Cairo, no ano de 1994. Para tanto, a realização do Seminário Nacional de Políticas e Direitos Reprodutivos das Mulheres Negras, no ano de 1993, foi imprescindível para a unificação das propostas em relação a temática - expressa na Declaração de Itapecerica da Serra das Mulheres Negras.

Essas estratégias do movimento de mulheres negras contribuíram para que no ano de 1995, na IV Conferência Mundial sobre a Mulher – Beijing, a participação das mulheres negras fosse ampliada (RIBEIRO, 1995).

Nessa década, as reivindicações em torno de agendas gerais e específicas referente à saúde, ao combate à violência doméstica, ao fortalecimento da autonomia econômica, a inclusão das demandas das mulheres negras, indígenas, trabalhadoras rurais e lésbicas foram fortalecidas. As mobilizações se intensificavam com a proliferação de espaços destinados a estudar os temas de gênero, mulheres e feminismos na academia.

No Brasil, os estudos sobre as mulheres têm início nos anos 1960 com o trabalho pioneiro de Heleith Saffiotti, *A Mulher na Sociedade de Classes*. Destaca-se as comemorações do Ano Internacional da Mulher. O ano 1979 foi marcado pelo incentivo à produção científica nesta área.

No ano de 1980, aconteceu a criação do Grupo de Trabalho Mulher e Força de Trabalho na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). Na mesma associação foi criado o GT Mulher e Política e o primeiro núcleo de estudos em uma universidade brasileira, o Núcleo de Estudos da Mulher - NEM -, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Iniciativa de Fanny Tabak, sendo seguida por várias estudiosas em outras regiões do país" (COSTA; SARDENBERG, 1994).

No ano seguinte, 1981, surge o Núcleo de Estudos, Documentação e Informação sobre mulher – NEDIM, na UFCE. Dois anos depois, em 1983, o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre à Mulher – NEIM da UFBA. E no ano de 1984, são criados mais três Núcleos. Ainda neste ano, dá-se a realização do Seminário de Pesquisa Zahidé Machado, em Salvador, promovido conjuntamente pela Fundação Carlos Chagas e o NEIM, com o apoio da Fundação Ford.

No entanto, a década 1990, a introdução do conceito Gênero como categoria de análise, gerou um grande impulso no processo de criação dos núcleos. Tal impulso foi seguido com a mesma intensidade nas associações científicas, tendo sido criados GT's na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação -ANPED; Associação Brasileira de Antropologia - ABA; Associação Brasileira de Estudos Populacionais- ABEP; Associação Nacional de História - ANPUH; Associação Brasileira de Literatura Comparada -ABRALIC; Associação Brasileira de estudos do Trabalho - ABET; Associação Brasileira de Psicologia Social - ABRAPSO; Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística - ANPOLL.

No ano de 1992, vários Núcleos do Norte e Nordeste reunidos no I Encontro Norte e Nordeste de Estudos sobre a Mulher e Relação de Gênero, promovido pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), em Salvador, criaram a Rede Regional Norte-Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero- REDOR (COSTA; SARDENBERG, 1994).

Nesse sentido, pode-se afirmar que houve conquistas do movimento feminista, pois inclui-se na agenda pública a necessidade de uma institucionalidade que respondesse por elas, o que se efetivou nas décadas seguintes, apesar que a implantação de políticas públicas para as mulheres ainda carece de avanços para o atendimento integral as demandas das mulheres em todo o território nacional.

No ano de 2003, no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, houve um marco importante no que se refere à institucionalização do tema no Poder Executivo brasileiro, quanto às possibilidades de desenvolvimento de políticas públicas nas mais diferentes esferas do governo federal. Foi criada pela Lei nº 10.683/2003 a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), vinculada diretamente à Presidência da República e dotada de *status* ministerial e de orçamento (BRASIL, 2003).

A SPM tem como principal finalidade promover a igualdade entre os seres humanos e erradicar qualquer tipo de preconceito e discriminação alicerçadas em uma sociedade patriarcal e excludente. Desde a sua criação em 2003, pelo então Presidente Lula, a SPM lutou para constituir um país igualitário e democrático, por meio da valorização das mulheres e de sua inserção no processo de desenvolvimento social, econômico, político e cultural do País. Dentre uma das metas da SPM estava o gerenciamento do Programa Nacional de Combate à Violência contra as Mulheres. (BRASIL, 2011).

Verifica-se, neste tópico, a organização dos movimentos feministas no cenário nacional, constituindo assim o marco histórico do movimento político nas lutas das mulheres que ganhou força com o reconhecimento de organismos internacionais da necessidade de garantir a integridade física e o direito à autonomia das mulheres, através da efetivação de políticas públicas no Brasil. No próximo tópico abordaremos, de forma breve, a implantação de políticas específicas para o enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil.

5 IMPLANTAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE ATENDIMENTO ÀS MULHERES NO BRASIL

No Brasil, os direitos das mulheres sempre foram tidos como direitos “menores”. E isso é possível de ser observado até na própria lei, a exemplo do Código Criminal de 1830, que permitia o assassinato de mulheres em caso de adultério, atenuando a pena do assassino. As mudanças nesse campo só começam a acontecer no início do século XX, quando o adultério passou a ser tido como motivo de desquite. No entanto, o domínio da lógica masculina sobre as mulheres permanece marcante, pois nesse início de século as mulheres só poderiam trabalhar com autorização do marido.

Nas décadas de 1920 e 1930, as mulheres continuam sendo assassinadas por seus maridos e companheiros, ainda sob a lógica da defesa da honra. Esses índices de homicídios começaram a ser publicizados e combatidos pelo movimento de mulheres feministas articulado a juízes e promotores, alcançando êxito, mas sem muitos ganhos no campo das políticas públicas (Blay, 2003).

Apenas nas décadas de 1960 e 1970, com grande mobilização das mulheres feministas, militantes políticas e intelectuais, com intuito de dar visibilidade às violências sofridas pelas mulheres, o movimento passa a ter na pauta de luta a busca pela efetivação dos direitos das mulheres com criação de políticas públicas.

Entende-se por políticas públicas “um curso de ação do Estado, orientado por determinados objetivos, refletindo ou traduzindo um jogo de interesses. Um programa governamental, por sua vez, consiste em uma ação de menor abrangência em que se desdobra uma política pública” (FARAH, 2004).

No entanto, apenas com o processo de redemocratização do país, na década de 1980, e com o avanço das lutas sociais, os direitos das mulheres entram na “ordem do dia” das reivindicações das políticas públicas, no que se refere aos direitos das mulheres.

No final dos anos 1970, aconteceu importantes transformações nas relações entre Estado e sociedade no Brasil, sob impacto de dois condicionantes [...] a democratização e a crise fiscal. [...] os anos 1980 foram também marcados pela crise nacional-desenvolvimentismo, [...] [e] por mudanças nas políticas públicas, [...]. (FARAH, 2004, p.49).

Para a autora, inicialmente, as transformações significativas ocorridas ao longo das três décadas contribuíram para a mobilização por direitos sociais, destacando a importância da redemocratização, fortalecendo também no campo dos direitos políticos e levando a participação da população nos processos decisórios e dos resultados das políticas públicas.

A partir 1983, foi criado em São Paulo o Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF). Ainda no mesmo ano, foi criada a primeira Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, configurando-se como marco da política de segurança das mulheres no Brasil (SANTOS, 2008).

Em âmbito federal, em 1985 foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), sendo esta a primeira experiência de políticas públicas para o avanço da situação feminina (PITANGUY, 2003 apud SANTOS, 2008).

Uma das mais significativas vitórias do feminismo brasileiro foi a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM), em 1984, que, tendo sua secretaria com *status* de ministro, promoveu junto com importantes grupos – como o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), de Brasília – uma campanha nacional para a inclusão dos direitos das mulheres na nova carta constitucional. Do esforço resultou que a Constituição de 1988 é uma das que mais garante direitos para a mulher no mundo. (PINTO, 2010, p. 17).

No caminho de lutas e conquistas para a implementação de políticas públicas específicas para as mulheres em situação de violência, frisa-se o protagonismo do movimento feminista e de mulheres. Primeiramente, a atuação das feministas esteve ligada à expectativa de dar visibilidade à violência e depois propor ações procurando garantir atendimento e apoio às mulheres por meio de serviços especiais, como as Delegacias da Mulher. Neste momento, segundo Pasinato e Santos (2008), dois fatores contribuíram para o surgimento das delegacias a partir de 1985, no Brasil.

O primeiro refere-se à *expansão dos movimentos feministas e de mulheres* com o surgimento da chamada “segunda onda” destes movimentos no início dos anos 1970. O segundo fator refere-se ao processo, ocorrido na primeira metade dos anos 1980, de *transição política* do governo militar para o civil e de *redemocratização* do Estado, dando lugar à criação de novas instituições e leis que pudessem corresponder a um Estado de Direito democrático e ao reconhecimento dos direitos de cidadania plena para todos(as) os(as) brasileiros(as). (PASINATO; SANTOS, 2008, p.9).

No que se refere o processo de implementação das DEAMs, foi caracterizado por discriminações tanto de policial do sexo masculino como também do sexo feminino. Em conformidade com a lógica da corporação policial, o fato de ser designada para uma delegacia da mulher significa desprestígio: ter que cuidar de “crimes menores”. Pautado na lógica da corporação policial as Delegacias passaram a ser chamadas de “Delegacia de cozinha” (SILVEIRA, 2006).

Segundo Camargo e Aquino (2003) no Seminário Nacional Preparatório à Conferência de Pequim no tema *Violência Contra a Mulher* (1994). A Delegada Suzana Maria Ferreira, da seccional de Monte Prazível/ SP, revelou:

[...] na verdade, as DEAMs já nasceram discriminadas. A primeira foi criada em 1985 [...] Neste momento começou a surgir a discriminação das mulheres, porque nossos colegas passaram a ver na aprovação das delegadas e na criação das DEAMs uma perda de espaço [...] A DEAM não é uma luta das delegadas de Polícia. A DEAM é fruto do movimento de mulheres [...]. (CAMARGO; AQUINO, 2003, 41).

A criação das DEAMs configurou-se numa importante política pública, pois representava um lugar na polícia para acolher as mulheres que se encontram em situação de violência. Dessa forma, as DEAMs não devem fazer um trabalho isolado para que o trabalho tenha êxito: se faz necessário a parceria com os serviços oferecidos pela Rede de Enfrentamento à violência contra as mulheres, com o intuito de combater o ciclo de violência. Outra questão essencial é a importância da disseminação sobre os serviços da rede de atendimento para que as mulheres tomem conhecimento sobre o serviço e acessá-los (PASINATO; SANTOS, 2008).

As casas-abrigo constituem serviço de atendimento às mulheres que surgiram com a finalidade de atender mulheres com risco de morte em consequência da violência doméstica, nos anos 1990. O objetivo é abrigar, por um devido período, oferecendo segurança às mulheres que estão em situação de risco eminente e de graves agressões com risco de morte (BRASIL, 2011).

[...] locais seguros que oferecem moradia protegida e atendimento integral a mulheres em risco de vida iminente em razão da violência doméstica. É um serviço de caráter sigiloso e temporário, no qual as usuárias permanecem por um período determinado, durante o qual deverão reunir condições necessárias para retomar o curso de suas vidas (BRASIL, 2011, 27).

Segundo Krenkel; Moré (2015) o Brasil atualmente possui 77 casas-abrigo, espalhadas por todos os estados brasileiros e no Distrito Federal. Na Região Sul do país, há 18 casas-abrigo sendo cinco delas no Estado do Paraná, três em Santa Catarina e dez no Rio Grande. Considerando o grande índice de mulheres que precisam dos serviços, e se analisarmos o tamanho territorial do Brasil, percebemos que é um número ainda insignificante diante da demanda de mulheres que chegam aos serviços diariamente.

Com relação a atendimento fora do prisma policial destaca-se a criação do SOS que surgiram no final dos anos 1970, no processo de luta pela redemocratização no Brasil, momento em que o movimento feminista discutia [...] a luta pelas questões político-social mais gerais ou

enfrentar as chamadas “questões específicas” das mulheres. A partir do II Congresso da Mulher Paulista (1980) na Cidade de Valinhos (SP) foi criada uma *Comissão de Violência contra a Mulher*, com intuito de aumentar as discussões sobre o assunto, de acordo com a seguinte afirmação.

Em 10 de outubro de 1980, após uma manifestação realizada nas escadarias do Teatro Municipal, é inaugurado o primeiro SOS do Brasil. Sem total clareza acerca do trabalho a ser desenvolvido, a criação dos SOS revelou a necessidade de oferecer atendimento às situações de violência, ao mesmo tempo que mostrou o tamanho do desafio. (SILVEIRA, 2006, p. 52-57).

Inspirados nos SOS dos anos 1980, surgiram os Centros de Referência de Atendimento à Mulher, que têm sido considerados como um mecanismo estratégico de grande relevância para as ações na rede antiviolência. O trabalho realizado pelos Centros de Referência tem caráter processual, isto é, de intervir no “ciclo da violência”, situação em que grande parte das mulheres estão vivendo (SILVEIRA, 2006).

Segundo a Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência da Mulher, os Centros são:

[...] são espaços de acolhimento/atendimento psicológico e social, orientação e encaminhamento jurídico à mulher em situação de violência, que devem proporcionar o atendimento e o acolhimento necessários à superação de situação de violência, contribuindo para o fortalecimento da mulher e o resgate de sua cidadania. (BRASIL, 2011, p.27).

É importante destacar que os centros têm, dentre seus objetivos, a discussão da construção social da situação das mulheres e da construção da subalternidade; e a recuperação da cidadania, autoestima e confiança nas próprias percepções e decisões. (SILVEIRA, 2006)

De acordo com Silveira (2006), as mulheres têm apontado os centros como caminho fundamental para romper com a relação violenta. Outro fator de relevância é sua funcionalidade, ou seja, ao mesmo tempo em que está acolhendo as mulheres, também encaminha para outros serviços da rede, por exemplo, as DEAMs, Casas-abrigo, entre outros.

Os centros devem ser integrados aos serviços oferecidos pela Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, a mulher pode chegar primeiro ao Centro de Referência, dependendo da necessidade, a equipe deve encaminhar para a DEAM ou outros serviços da rede. (SILVEIRA, 2006, p. 64).

No que se refere aos serviços disponíveis de Atendimento à Mulher em situação de violência, considerando que o Brasil tem mais de 5.500 municípios, segundo o Instituto Patrícia Galvão, atualmente existem 500 delegacias especializadas de atendimento à mulher e 160

núcleos especializados dentro de distritos policiais comuns, 220 centros de referência especializados (atenção social, psicológica e orientação jurídica) 72 casas abrigo, 92 juizados/varas especializadas em violência doméstica, 59 núcleos especializados da Defensoria Pública e 9 núcleos especializados do Ministério Público.

É justamente a partir de um desses componentes que este trabalho se alicerça, qual seja, ações de combate à violência contra mulheres na caracterização do perfil das mulheres atendidas na Delegacia de Atendimento à Mulher de João Pessoa, tendo como alicerce a importância da informação no empoderamento das mulheres em situação de violência.

5.1 INFORMAÇÃO, PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIA/O E A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

A Ciência da Informação (CI) tem suas raízes no bojo da revolução científica e técnica que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, tendo sido um processo de manifestação de novos campos ou de afinidade/substituição de conexões interdisciplinares dos campos antigos. Podemos dizer que a origem da Ciência da informação se deu através de diversos acontecimentos. Como aponta Pinheiro (2002), os mesmos estão relacionados aos seguintes fatos: avanço científico, tecnológico e explosão bibliográfica. Consequentemente, com o acúmulo de informação advinda da Segunda Guerra Mundial, surgiu a necessidade de organização, de difusão do conhecimento e o aparecimento de inovações tecnologias.

A Ciência da Informação [...] tem origem no fenômeno da “explosão da informação” (ligado ao renascimento científico depois da 2ª Guerra Mundial) e no esforço subsequente de “controle bibliográfico” e de tratamento da documentação implícita no processo. Teria surgido, consequentemente, de uma práxis específica no âmbito da indústria da informação na tentativa de organizar a literatura científica e técnica através de serviços e produtos para as comunidades especializadas, tarefa que migrara das bibliotecas tradicionais para os novos sistemas informacionais, como o concurso de profissionais de diferentes áreas do conhecimento. (MIRANDA, 2002, online).

Outro grande acontecimento para o surgimento da CI, em 1945, Vannevar Bush sugeriu uma saída para questão do acúmulo de informação originado pós-Segunda Guerra, propôs a criação de uma máquina chamada MEMEX, que seria um suporte de apoio, memória e armazenamento de conhecimento.

A criação da MEMEX, para Bush, era a princípio um mecanismo que fosse capaz de solucionar lacunas ou falhas as quais não eram possíveis de serem assimiladas pela mente

humana. Bush tornou-se o precursor da atual Web e suas ideias foram transformadoras na época.

Nesse momento, as/os cientistas e as/os engenheiras/os, dos EUA, especificamente, começaram a investir em programas estratégicos que financiavam projetos para o controle da explosão informacional (SARACEVIC, 1996, p.42-43).

Percebe-se que a CI está acompanhando processos de transformação semelhantes ao de vários outros campos do conhecimento (SARACEVIC, 1996)

Um campo é definido pelos problemas que são propostos e a CI é definida como um campo englobando, tanto a pesquisa científica quanto a prática profissional, pelos problemas que propõe e pelos métodos que escolheu, ao longo do tempo, para solucioná-los. (SARACEVIC, 1996, 41).

Saracevic (1996) aponta três características gerais que constituem a Ciência da Informação: interdisciplinaridade, ligação inexorável com a tecnologia da informação e uma participação ativa e determinada para o desenvolvimento da sociedade da informação. Dessa forma, a CI teve e tem um principal desempenho por sua intensa dimensão social e humana.

É indiscutível que o fenômeno da informação tenha se tornado mais atual em nossas vidas na sociedade moderna e contemporânea, pois o mundo está cada vez mais globalizado e o avanço tecnológico tem contribuído sobremaneira para que o fenômeno informacional ganhe cada vez mais amplitude nos espaços de produção de conhecimento.

Nesse sentido, a área de ação e atuação da CI foi se desenvolvendo cada vez mais, até sua identificação com a sociedade contemporânea, considerada como sociedade da informação. Seguindo essa lógica percebemos que a particularidade marcante na sociedade moderna não consiste apenas da apropriação da informação e do conhecimento pela sociedade, mas a transformação das duas em forças produtivas (FREIRE, 2006).

A ciência da informação partindo das exigências de um campo de trabalho experiente, chamado “documentação” ou “recuperação da informação”, utilizado por diversos órgãos públicos e privados com fins de salvaguardar as ações históricas e políticas desses órgãos ao longo de suas existências.

A CI se tornou objeto de estudo de várias disciplinas, apesar das novas tecnologias terem contribuído, principalmente no que se refere ao processamento eletrônico de dados, sendo como fator importante para a emergência desta disciplina no campo da produção de conhecimento.

De acordo com Silva (2014)

[...] registro oficial da denominação ciência da informação data do início da década de 1960, a partir de eventos promovidos pelo Georgia Institute of Technology, nos Estados Unidos, do qual participaram também cientistas, escritores e filósofos estrangeiros e onde foi discutida a criação de novas tecnologias de informação, consequência natural do crescimento da produção científica e que redundara na multiplicação dos periódicos científicos. (FREIRE, 2006, p.11).

Do ponto de vista de Marteleto (1995), a informação diz respeito não apenas a maneira como as relações acontecem com os sujeitos e a realidade, mas também através dos objetos criados e dos contatos que ocorrem pelas relações e práticas sociais. Assim tornando-se um “fenômeno de complexa configuração ou previsão, seja ela entendida como processo ou produto, é sempre uma ‘probabilidade de sentido’”. (MARTELETO, 1995, p2).

São vários os conceitos de informação, considerando que existem discordâncias em conformidade com as correntes teóricas, metodológicas e o meio social em que a informação é produzida. (CÔRTES; LUCIANO; DIAS, 2012). De acordo com Le Coadic (2004), a informação é um conhecimento que é feita de forma escrita, sendo ele impressa ou digital, oral ou audiovisual, em um determinado tipo suporte.

Segundo Barreto (1994) a informação pode ser vista de acordo os seguintes pontos de vista: o primeiro, a informação dá-se através do processo pelo qual a comunicação acontece entre o emissor e o receptor da mensagem; o outro, as definições estão diretamente ligadas a informação, à produção de conhecimento de grupos de indivíduos.

Para o autor, a informação está atrelada ao processo de atuação das pessoas para o desenvolvimento da coletividade como um todo. Portanto, pode-se analisar a informação como “adequação de um processo de comunicação que se efetiva entre o emissor e o receptor da mensagem”.

Neste sentido a mesma pode ser vista sob um olhar do/a gerador/a ou receptor/a. Entendida sob o prisma do/a gerador/a do conhecimento pode determinar a “relação estática entre objetos materiais, independentes da ação dos seres humanos” ou mostrar a mensagem como um processo de transferência se analisada partindo do ponto de vista de que recebe a mensagem.

Segundo Capurro (2007), o conceito de informação tem seu embasamento na perspectiva hermenêutica e histórica, das quais a percepção também é informada por fatores culturais e a informação não é determinada ou processada em conformidade com os mecanismos do sujeito cognitivo, mas através fatos desenvolvidos em diferentes contextos, por diversos meios de comunicação e o desempenho dos sistemas de informação. Desta forma, a

informação será dinamizada por agentes sociais por meio de mecanismos e critérios construídos historicamente, podemos entender na seguinte afirmação:

A geração, coleta, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação e transformação da informação deve, portanto ser baseada em visões/teorias sobre os problemas, questões e objetivos que a informação deverá satisfazer. Em bibliotecas públicas, estes objetivos estão relacionados à função democrática da biblioteca pública na sociedade [...] nos estudos femininos, à compreensão e emancipação das mulheres [...] (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p.188 apud CÔRTES; LUCIANO; DIAS, 2012, p.138).

A informação gera mudanças na vida das pessoas e também promove o desenvolvimento sociocultural de determinados grupos ou comunidades de indivíduos. Nesse sentido, consideramos que a informação é de suma importância para transformação dos hábitos individuais e coletivos dos humanos.

Dessa forma, considera-se que estudar a informação e a problemática da violência contra as mulheres possibilitará a compreensão da dinâmica da violência e contribuirá para que as mulheres encontrem apoio para romper com o ciclo da violência (CÔRTES; LUCIANO; DIAS, 2012).

Desde os primórdios que a informação sempre esteve presente na história da humanidade, nesse contexto, os indivíduos necessitavam do auxílio da informação para cumprir as atividades rotineiras. A maneira como constrói as relações, transferência e uso da informação são práticas compartilhadas socialmente, já que elas se dão entre a sociedade e o vínculo afetivo que acontece entre as pessoas e o meio social.

Com isso entende-se que as dimensões históricas, culturais, econômicas, tecnológicas, sociais e políticas são pré-condições para o entendimento da ‘informação’ (NASCIMENTO; MARTELETO, 2004, p.4).

Na sociedade moderna, a informação é de suma relevância para o desenvolvimento da coletividade nos diversos espaços sociais. Por meio do conhecimento científico ou popular, as pessoas ou grupos de indivíduos se nutrem de informação, isto é, através dela, acontecem as mudanças necessárias para o desenvolvimento da sociedade.

Dessa forma, a CI torna-se a disciplina responsável pela organização, tratamento e disseminação da informação, trazendo sobre si uma responsabilidade social (RS), isto é, o de popularizar e transmitir o conhecimento, possibilitando que a informação possa solucionar os problemas dos grupos sociais dos quais precisam. A informação segundo Freire (2006) deve estar disponível de maneira que venha torna-se acessível.

A RS da Ciência da Informação refere-se à capacidade de priorizar a informação em suas diferentes nuances, como elemento precípua da comunicação, com enfoque sociológico que justifica o ciclo informacional sempre em prol da humanidade, mediante ações contínuas, sistemáticas e que expressem comprometimento das organizações envolvidas. Para tanto, por sua abrangência, o papel da RS da CI se apoia em atividades, sobretudo, da Biblioteconomia (sem deixar de lado Documentação, Arquivologia e Museologia), indo além da armazenagem, transmissão e recuperação da informação para alcançar produção / geração de conhecimentos, uma vez que todas essas diligências constituem responsabilidade social, fundamento intrínseco à CI. (GARCIA; TARGINO; DANTAS, 2012, p.19).

Como se pode ver a Responsabilidade Social é de extrema relevância diante a sociedade, tendo como objetivo promover ações culturais referentes ao acesso à informação, procurando o equilíbrio para o desenvolvimento igualitário e ético da produção e de propagação do conhecimento entre as pessoas, principalmente aqueles/as são marginalizados socialmente.

É imprescindível afirmar que, a medida que a sociedade avança na produção de conhecimento, a informação ganha relevância para a reprodução social e aumenta a responsabilidade social no que se refere às pesquisas do campo científico (FREIRE, 2001).

No tocante ao campo específico da violência contra mulheres, existe uma grande necessidade de utilizar informação como mecanismo essencial para fornecer visibilidade ao fenômeno da violência de gênero, tendo em vista que faz parte da responsabilidade social da/o bibliotecária/o disseminar informações para a prevenção, coibição de problemas sociais, como por exemplo, contribuir no processo de disseminação de informação para as mulheres em situação de violência e visibilizar instituições governamentais e não governamentais que lidam com informações a respeito das mulheres em situação de violência. (CÔRTES; ALVES; SILVA, (2015).

Nesse contexto, a informação é um direito de todos, tornando-se um fator essencial e transformador da construção do ser cidadão/a. Em consonância com a afirmação de Araújo:

[...] a construção da cidadania ou de práticas de cidadania passa necessariamente pela questão do acesso e uso de informação [...] a conquista de direitos políticos, civis e sociais, como a implementação dos deveres do cidadão dependem fundamentalmente do livre acesso à informação [...] tais direitos e deveres [...] depende da ampla disseminação e circulação da informação e, ainda, de um processo comunicativo de discussão crítica sobre as diferentes questões relativas à construção de uma sociedade mais justa e com maiores oportunidades para todos os cidadãos. Diante desta colocação, podemos afirmar que o não-acesso à informação ou ainda o acesso limitado ou o acesso a informações distorcidas dificultam o exercício pleno da cidadania (ARAÚJO, 1999, p.155).

5.2 BREVE HISTÓRICO DA BIBLIOTECONOMIA

A origem da palavra Biblioteconomia é a composição de três elementos gregos: *biblion* (livro); *théke* (caixa); *nomos* (regra) aos quais se acrescentou o sufixo *ia*. Etimologicamente, portanto.

A criação dos arquivos e das bibliotecas relaciona-se, *grosso modo*, com a passagem do mundo da oralidade para o mundo da escrita, visto que essa transformação possibilitou a introdução de um novo elemento: o suporte. Esse suporte ou registro do conhecimento constituiu os primeiros acervos das primeiras instituições na Antiguidade, chamadas de “bibliotecas primitivas” e/ou “arquivos primitivos”, sendo a Biblioteca de Alexandria uma das bibliotecas mais famosas, devido à grande quantidade de rolos de papiro que compunham seu acervo. (TANUS, 2014, p. 86).

Com base na afirmação de Tanus (2014), percebemos que o processo de transição da oralidade para escrita permitiu a criação de novas formas de registrar o conhecimento. Essa transição colaborou na construção dos acervos das bibliotecas e arquivos das primeiras organizações, na Antiguidade.

Historicamente, a biblioteconomia é conhecida como uma das mais remotas disciplinas: preocupava-se com acesso à informação e sua difusão, atividades intrinsecamente atreladas ao aparecimento da biblioteca, o que remota o século VII aC.

Para compreender melhor as relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação considera-se as primeiras evidências de organização de documentos, conforme seus conteúdos, nas bibliotecas primitivas da Antiguidade, compreendidas como a origem do que posteriormente foi denominado Biblioteconomia (ORTEGA, 2004).

As origens da Biblioteconomia estão marcadas pelo esplendor e a forma das bibliotecas como as de Pérgamo e Alexandria, sem falar da famosa coleção de Assurbanipal. Como parte integrante dos templos ou palácios, as bibliotecas eram guardiãs dos tesouros do conhecimento registrados sob as mais diversas formas e suportes (BUFREM, 1985, p.111).

O desenvolvimento tecnológico foi propulsor das mudanças dos tipos móveis em metal, o que resultou na invenção de Gutemberg, as funções que as bibliotecas exerciam como repositório dos livros foram aumentando no sentido de organizá-los em uma sequência lógica, isto é, transformando em um marco legal para a evolução da biblioteconomia. Enquanto isso, a procura por livros cresceu visivelmente em decorrência do Renascimento e da Reforma. (BUFREM, 1985).

A história das bibliotecas é milenar, e como já dito anteriormente, remonta ao período do século VII A.C. Mas a sua construção enquanto área do conhecimento autônoma vem

propulsionando mudanças nos últimos cinco séculos, tendo sua concretização como uma disciplina científica só no final do século XIX.

No entanto, de lá para cá, vários estudos, métodos e reflexões permaneceram sendo desenvolvidos, formando diversas correntes de estudo, das quais derivam até hoje com enorme riqueza e heterogeneidade que compõe o campo da biblioteconomia. (ARAUJO, 2013).

A história da Biblioteconomia, assim como todo processo histórico, desde dos tempos mais remotos, já era possível perceber a organização de documentos, como modo e práticas diferentes, portanto, havia uma certa linearidade no pensamento organizacional. Nesse contexto histórico evolutivo da Biblioteconomia, alguns fatores foram marcantes do século XIX até os dias atuais, conforme afirma Ortega (2004):

Por mais de quatro séculos, a Biblioteconomia foi quase sinônimo de Bibliografia. Considerando a Bibliografia como o princípio da Documentação, pode-se dizer que esta esteve unida à Biblioteconomia desde o século XV até fins do século XIX, quando Otlet e La Fontaine sistematizaram e desenvolveram a Documentação enquanto disciplina distinta da Biblioteconomia. Os europeus deram continuidade a estes estudos e aplicações até que, os movimentos causados pela Segunda Guerra Mundial acentuaram estes avanços devido às necessidades específicas dos países envolvidos na recuperação de conteúdos a partir de tipos diversos de documentos, inclusive com tentativas rudimentares de recuperação mecânica da informação (ORTEGA, 2004, p.4).

A partir do século XIX surgiram aqueles que ficaram conhecidos como os precursores do projeto de constituição científica da Biblioteconomia: porém a solidificação de teorias e normas de catalogação (como de Panizzi, [...]1841, [...] Jewett, [...]1852) e dos sistemas de classificação bibliográfica, ficando o mais importante deles o de Dewey, de 1876 (ARAUJO, 2013).

Araújo (2011) considera que a Biblioteconomia é um campo científico bastante consolidado em termos institucionais: contava com núcleos de formação (universidades), periódicos científicos e associações. O processo de sua consolidação se deu ainda no início no século XIX, através da criação da primeira associação profissional, a *American Library Association* (ALA), em 1876, e da primeira escola de ensino superior, no próximo ano, na Universidade de Colúmbia, na década de 1920, constitui-se o primeiro doutorado, na Universidade de Chicago.

A Segunda Guerra Mundial, foi um fator que colaborou para a separação dos seguintes seguimentos ligados a informação e sua organização: Biblioteconomia, Bibliografia e Documentação. Tornando autônoma cada uma das áreas, inclusive a Biblioteconomia.

[...] em fins do século XIX, a Bibliografia foi aprimorada e tornada autônoma como decorrência da sedimentação da Documentação (de cunho essencialmente europeu), ao mesmo tempo em que a Biblioteconomia desenvolvia e disseminava o projeto da biblioteca pública moderna, de acesso universal, amplo e gratuito (particularmente nos Estados Unidos). São traçados aqui os movimentos que impulsionaram ambos, a Documentação e o projeto da biblioteca pública, enquanto manifestações técnicas, culturais e políticas expressadas sob a forma de interesses distintos e cujos desenvolvimentos não levaram a projetos integrados entre si. Discute-se a continuidade destes movimentos no século XX, quais sejam, o surgimento da linha dominante da Biblioteconomia construída pela Escola de Chicago dos Estados Unidos entre os anos 30 e 60 e o impasse gerado pela discussão entre Biblioteconomia e Documentação (ORTEGA, 2004, p.1).

Contudo, assim como ressalva Vakkari (1994), não devemos esquecer que, historicamente, a Biblioteconomia antecede a Ciência da Informação, e que em sua trajetória está registrado todo um empenho em busca de bases conceituais e da constituição de princípios teóricos norteadores das ações dessa área.

O marco principal para o campo foi a obra de Gabriel Naudé (1600-1653), *Advis pour dresser um bibliothéque* (1627), o primeiro manual para bibliotecários, que formalizou os alicerces conceituais da Biblioteconomia, abrindo passagem para a afirmação de importantes conceitos, como a ideia de ordem bibliográfica (SANTOS; RODRIGUES, 2013).

A partir de meados do século passado, a Biblioteconomia vem adquirindo características distintas, nas quais estão incluídas atividades que abrangem uma participação mais intensa no processo de desenvolvimento social, por meio de programas que visam implementar a educação formal e não-formal e de comunicação de informação científica, técnica e cultural.

Sistemas específicos de controle da literatura especializada passaram a operar de forma objetiva nesse processo. Surgem, nesse momento, os centros de documentação e informação, organizando serviços mais complexos no sentido de proporcionar meios pelos os quais serviços e produtos de informação possam ser mais abrangentes.

Nesse sentido, a automação de serviços cooperativos são mecanismos eficientes para dinamização dessa tarefa. É nesse cenário que surge o compromisso de um ideal democrático que é ponto de todas as inovações no campo da biblioteconomia e disto decorre outra maneira de trabalho. As bibliotecas americanas foram precursoras como centros de cultura da comunidade, passando a difundir informações através de bibliotecas públicas, desde o século passado (BUFREM, 1985).

O aparecimento das ciências sociais é recente, vai pouco além de um século e meio e se iniciou com os estudos de economia política de Adam Smith e David

Richard, na Inglaterra. A biblioteconomia deve também seu aparecimento como uma ciência social, nessa época, a classificação das ciências feitas por Dewwy, que utilizou números para agrupá-las (SOUZA, 1986, p. 191-192).

Com isso, a Biblioteconomia torna-se visível na publicação das regras de catalogação de Panizzi, em 1841, e de Jewett, em 1852. Em 1876, o bibliotecário norte-americano Mevil Dewey criou o Sistema de Classificação Decimal, ainda ano de 1876 fundou-se a American Library Association (ALA), a respeitável associação profissional do campo biblioteconômico, trilhando caminhos para os futuros esquemas da consolidação de classificação como de Bliss, Brown, Cutter, Raganathan, Otlet e La Fontaine, etc. (TANUS, 2014).

A imagem da/o bibliotecária/o na maioria das vezes está associado a uma biblioteca, onde o mesmo exerce as funções de guardar livros e limpar estante. Esta imagem do profissional exercendo suas atividades apenas em ambientes tradicionais, como a biblioteca, é difundida fortemente. Contudo, esse cenário vem sendo mudado por vários fatores, dentre os quais podemos citar as transformações no âmbito informacional, a introdução das TICs na sociedade e a modificação no perfil da/o profissional bibliotecária/o.

No Brasil podemos dizer que o ensino da biblioteconomia surgiu no período de 1879 a 1929, sob liderança da Biblioteca Nacional. Em conformidade com a literatura, acreditamos que o primeiro curso formal de biblioteconomia no Brasil foi criado em 1911, pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, predominantemente sob influência francesa (MUELLER, 1985).

Torna-se evidente que ainda são poucos os estudos científicos que tratem sobre a temática, mulher e gênero na Biblioteconomia. Santo (2008) avaliou artigos científicos referentes a produção científica da Biblioteconomia e CI, publicados entre 2000 e 2007 em um banco de artigos nacionais e internacionais indexados no Portal de Periódicos da Capes.

De acordo com a pesquisa foram encontrados 18 artigos publicados por autores de outros países. Cabe frisar que 14 do total de publicações estavam em revistas internacionais, seis nacionais e quatro apresentadas em Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - ENANCIB.

No entanto, nessa pesquisa a análise feita pela autora é de que existe uma grande lacuna a ser preenchida com publicações que tratem do tema gênero, principalmente no que se refere a desvalorização da profissional bibliotecária/o. Para Santo (2008, p.328), “os problemas enfrentados hoje pelas mulheres têm raízes históricas e sociais, são vistos como naturais até por elas mesmas e, como tal, difíceis de serem combatidos”.

Em pesquisa recente realizada por Bufrem e Nascimento (2012), as autoras mostram como a questão de gênero tem sido vista pela literatura científica no Brasil. Em levantamento

na Base de Dados Referencial de Artigos e Periódicos em Ciência da informação (BRAPCI), referente ao período de 1972 a 2011, foram encontrados 74 artigos escritos por 102 diferentes autores/as.

A pesquisa identificou que a maior parte foi escrita por mulheres, ou seja, da amostra coletada 79,28% eram mulheres e apenas 22,72% dos artigos foram produzidos por homens. Isso nos mostra que mesmo diante dos avanços que ocorreram na sociedade estudos sobre a temática gênero continuam sendo abordados e construídos por mulheres.

Segundo Olinto (1997 apud FERREIRA, 2003) a biblioteconomia é uma das profissões com intensa feminização, o que inclui profissões com índice de mulheres superior de 80%.

Pesquisas sobre mulher e gênero na Biblioteconomia são ainda em número bastante limitados, o que torna a discussão quase sempre difícil, já que as profissionais da informação, em geral, não relacionam a desvalorização social da profissão com o fato dela ser uma categoria predominante feminina (FERREIRA, 2003, p.193).

No tocante aos cursos de Biblioteconomia, somente no início do século XX foi criado o primeiro curso de Biblioteconomia, na Biblioteca Nacional (BN), no Rio de Janeiro, a partir do Decreto 8.835 de 11 de Julho de 1911, durante a gestão de Manoel Cicero Peregrino da Silva. O curso começou a funcionar efetivamente em 1915. (ALMEIDA; BATISTA, 2013; CASTRO, 2000, p. 26).

No ano de 1929, o Mackenzie College, atual Universidade Mackenzie, criou o segundo curso em São Paulo, intitulado Curso Elementar de Biblioteconomia, coordenado pela bibliotecária americana Dorothy Muriel Gedds Gropp. Em 1936, foi fundado o curso de biblioteconomia em São Paulo. (ALMEIDA, BATISTA 2013)

A literatura evidencia que poucas são as produções que problematizam a presença predominante das mulheres na Biblioteconomia. (RANCHE, 1998).

Segundo Mueller (1985), a entrada das mulheres no curso de Biblioteconomia ocorreu desde a sua criação, na década de 20, em decorrência do horário oferecido, no turno matutino, e influenciado também pelo sufrágio, em 1930, o qual proporcionou a inserção das mulheres na esfera pública, apesar das mesmas encontrarem diversas barreiras para terem direito à educação.

Martucci (1996) descreve a relação da Biblioteconomia e as Mulheres aproximando a discussão com relação às representações a respeito da feminização e a profissionalização do magistério, pois ambas profissões ainda são vistas como profissões exercidas apenas por mulheres:

[...] o espaço da biblioteca representava a sabedoria, o sagrado, exigindo do bibliotecário, características muito similares ao da mulher do século XIX, como lealdade, dedicação, passividade, conservadorismo, caráter missionário, maternal, submissão às regras, entre outras. Essa aproximação do professor com bibliotecário fica evidente com o uso de termos como ‘bibliotecário professor’, ‘professor-bibliotecário’, ‘mestre-bibliotecário’ ou ‘bibliotecário-educador’, presentes na literatura especializada (LITTON; OEA, apud MARTUCCI, 1996, p.239).

Giacomett; Veloso (1987) afirmam que até os anos 70, a Biblioteconomia era exercida, majoritariamente, por mulheres pertencentes às classes econômicas favorecidas economicamente “[...] que profissionalizavam-se no sentido de preservar a arte e o conhecimento dentro de sua própria esfera de classe [...]” BOTASSI (1984, p.4).

A autora enuncia que eram as moças consideradas de boa família ou com afinidades pelas artes que se inseriam na profissão, salientando que, no período, estas tinham duas alternativas: a escola normal ou a Biblioteconomia, caracterizando assim, a predominância feminina no exercício da profissão.

Os espaços de trabalho onde a/o bibliotecária/o pode atuar vêm aumentado e abrangendo outras áreas, que antes não seriam pensadas como possibilidades de atuação, como também vem atraindo a presença de homens. E nos dias atuais, a/o profissional pode exercer suas atividades nos mais variados setores tais como: bibliotecas, centros de documentação, arquivos, editoras, livrarias, agências de publicidade, centros de preservação e restauração de documentos e obras de arte, TV, emissoras de rádio e jornal, organização de bases de dados virtuais, cartórios, museus, fóruns, discotecas, entre outros.

Como podemos observar, o mercado de trabalho para a/o bibliotecária/o aponta para inúmeras possibilidades, aumentando o leque de alternativas para a atuação profissional, que vai dos ambientes mais tradicionais aos mais modernos da nossa sociedade (PINHEIRO, et. al., 2012).

De acordo com Monteiro et. al. (2011), atualmente, a/o bibliotecária/o, como mediador/a da informação perante a modernidade, está desenvolvendo novas habilidades, tendo uma maior atenção às técnicas biblioteconômicas e documentais, adquirindo atitudes gerenciais proativas para desenvolver atividades em ambientes onde haja necessidade de informação para tratamento e disseminação da mesma independentemente do tipo de suporte.

A biblioteconomia é uma área do conhecimento de atuação profissional que vem mudando a partir das mudanças tecnológicas, econômicas e sociais e se apresenta no presente

como ferramenta indispensável às sociedades globalizadas, nas quais o fenômeno da informação se apresenta de forma aligeirada.

Desse modo, percebe-se que a biblioteconomia é uma área interdisciplinar, multidisciplinar do conhecimento, ou seja, ela interage com diferentes disciplinas, assim como também estuda práticas e perspectivas através da aplicação de métodos de representação e gestão da informação e do conhecimento em vários ambientes de informação, tendo como objetivo disseminar a informação por meio de serviços e produtos informacionais.

Nesse contexto, a/o profissional/a bibliotecária/o, encontra muitas frentes no mercado de trabalho, exercendo o papel de mediador entre a informação e de quem dela necessitar. Podemos destacar nesse universo de possibilidades que existem várias unidades informacionais como os centros de referências, as casas-abrigo e ONGs entre outros (CÔRTES; ALVES; SILVA, 2015).

[A informação é] toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 92).

Nos últimos anos, o assunto da responsabilidade social está na pauta do dia das instituições, da mídia e da própria sociedade. Para Moraes e Lucas (2012), normalmente vamos nos defrontarmos com os discursos acerca da responsabilidade social. Portanto, o tema passa a ter maior utilização no período moderno, principalmente com o avanço da globalização.

Apenas a partir dos anos 1950 as organizações passaram a buscar alternativas que têm como finalidade transformar a visão social sobre os problemas que elas ocasionam na sociedade como um todo. Torna-se evidente que a profissão do bibliotecária/o vem passando, nos últimos anos por grandes mudanças, tendo em vista as grandes transformações que o mundo atravessa no campo da difusão da informação.

Na verdade, é cada vez mais evidente que o acesso à informação, a sua divulgação e sua acessível circulação são os meios essenciais para que os indivíduos possam melhorar sua condição de vida. Vale ressaltar que o conceito de sociedade da informação, produto destas mudanças, está baseando-se no reconhecimento cada vez maior, quando se trata do alcance, a criação, a apropriação e a divulgação da informação e do conhecimento em todos os segmentos da sociedade.

Nesse contexto, onde o mundo globalizado exige profissionais cada vez mais qualificados, com desenvolturas para assumir decisões e bem se relacionar, ou seja, os

profissionais e as instituições informacionais, cada vez mais, exigem a participação ativamente do fluxo internacional de informação.

Diante do novo mundo do trabalho, as fronteiras que antes definiam claramente os limites, em uma sociedade onde o trato com a informação tornou-se insumo essencial, o trabalho dos profissionais da informação passou a ser a aquinhado com outros profissionais. Em outras palavras isto significa dizer que as/os bibliotecárias/os são levados a trabalhar em equipes com profissionais de várias campos do conhecimento humano (CUNHA, 2003).

As transformações tecnológicas, presentes na sociedade moderna, no que se refere ao uso da informação, requer atuação e formação para um profissional que desempenhe aptidões e competências interpessoais, gerenciais e técnicas, com intuito de difundir e viabilizar uma variedade de serviços aos usuários, ajudando e contribuindo para a transformação social por meio da disseminação da informação.

Assim sendo, a/o bibliotecária/o passa a fazer parte da sociedade que transformou a informação em uma ferramenta importante para o desenvolvimento essencial para que o profissional possa trabalhar a mesma, intermediando, conduzindo o conhecimento, agindo também como mediador da informação e ao mesmo tempo provendo ações que possam transformar a desigualdade social que afeta a vida de muitas pessoas, e, principalmente, de milhares de mulheres diariamente devido aos padrões hierárquicos de gênero.

Portanto, o grande desafio da/o bibliotecária/o atualmente diz respeito ao papel que deve adotar como agente mediador da informação e consequentemente acompanhando as mudanças ocorridas na sociedade. A/o bibliotecária/o trabalhando como mediadora da informação pode contribuir de forma determinante para formação social dos indivíduos (CORTÉS; LUCIANO; DIAS, 2012).

Segundo Nascimento (2003), historicamente, em vários países, as mulheres sempre sofrem discriminação de diversas formas, mudando de cultura para cultura, de acordo com a época, ou de grupo social para grupo social. Dessa maneira, a falta de formação e a desinformação são fatores determinantes que solidificam o papel de subordinação que boa parte das mulheres segue assumindo perante os homens em diferentes sociedades.

Com base no exposto, compreendemos que a informação é imprescindível, para o empoderamento as mulheres em situação de violência, como forma de condições para romper com o ciclo da violência e as práticas rotineiras atreladas às desigualdades de poder entre homens e mulheres.

Nesta direção, a/o bibliotecária/o tem papel fundamental na mediação da informação juntamente com organismo públicos ou não que integrem a rede de enfrentamento a violência,

atuando através das técnicas de seleção, catalogação, classificação, o profissional contribui com o tratamento dos dados registrados em denúncias, inquéritos, pesquisas que possibilitem a criação de políticas públicas de combate à violência de gênero.

Na seção seguinte vamos discorrer como ocorre essa relação entre gênero e as vítimas em situação de violência. Será possível perceber que a violência contra as mulheres é fruto de processo de uma cultura patriarcal baseada na relação de poder desigual entre homens e mulheres.

5.3 A BIBLIOTECONOMIA E A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

As diferenças entre homens e mulheres são inúmeras, no entanto, a partir da década de 70, as mobilizações se intensificaram no Brasil:

A novidade não está na colocação da temática, mas na perspectiva de análise inaugurada pelas teóricas feministas, ou seja, uma perspectiva crítica que aponta para novas formas de interrogar e priorizar a questão da diferença e da igualdade não só entre homens e mulheres, mas entre mulheres e entre homens, categorias que não são em si universais (ARAUJO, 2005, p. 42).

Dessa forma, para melhor entendimento do que é gênero, apontado pela autora, podemos apontar os conceitos estudados por outros/as autores/as sobre a referida categoria de análise. Para tanto, utilizaremos a abordagem de Scott (1989, p.21), no qual afirma que “o gênero é elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar relações de poder.”

A violência de gênero se apresenta nas relações mais íntimas até aquelas de ordem pública, como podemos exemplificar, no fato de homens e mulheres que trabalham no mesmo local exercendo a mesma função terem salários diferentes. A violência de gênero acontece através de práticas rotineiras e práticas de poder que alocam as mulheres situações de desigualdade.

Saffioti (2001), afirma que a violência de gênero está intrinsecamente relacionada ao poder e que há uma ideologia que lhe dá sustentação. O sistema pautado na lógica do patriarcado sempre oprimiu as mulheres e tudo que estava relacionado ao feminino. Esse sistema de poder atua na vida de todos os membros da sociedade utilizando como artifício a violência para justificar a dominação que perpassa todos os campos da vida social: o trabalho, a cultura, a religião e a política.

Por isso, o movimento político das mulheres tem fundamental importância no enfrentamento à violência de gênero, colocando-se em oposição à lógica do patriarcado e reivindicando os direitos sociais, atuando no campo da política e ampliando a atuação das mulheres na vida pública. Como afirma Teles (2003, p.10), “em seu significado mais amplo, o feminismo é um movimento político. Questiona as relações de poder, a opressão e a exploração de grupos de pessoas sobre outras. Contrapõe-se radicalmente ao poder patriarcal.”

A partir dessa premissa iremos abordar um dos desdobramentos da violência de gênero, a violência contra as mulheres. O movimento feminista pautou a necessidade de mudança de mentalidades para a equidade de gênero, expressas nas considerações das autoras abaixo:

O feminismo buscava repensar e recriar a identidade de sexo sob uma ótica que o indivíduo, seja ele homem ou mulher, não tenha que adaptar-se a modelos hierarquizados, e onde as qualidades “femininas” ou “masculinas” sejam atributos do ser humano em sua globalidade. Que a afetividade, a emoção, a ternura possam aflorar sem constrangimentos nos homens e serem vivenciados, nas mulheres, como atributos não desvalorizado. Que as diferenças entre os sexos não se traduzam em relações de poder que permeiam a vida de homens e mulheres em todas as suas dimensões: no trabalho, na participação política, na esfera familiar, etc. ... (ALVES; PITANGUY, 1985, p.9-10).

A violência contra as mulheres constitui uma das modalidades da violência de gênero. Cabe-nos compreender que o processo histórico desse debate no Brasil perpassa os aspectos históricos – inicialmente tratados no presente estudo - político e legal, considerando todo o conjunto de lutas das mulheres pela reivindicação dos seus direitos.

A definição de violência contra a mulher no Brasil foi elaborada em meio a uma experiência política inovadora na década de 1980, em que, ao lado de práticas de sensibilização e de conscientização, militantes feministas atendiam mulheres que sofriam violências nos chamados SOS-Mulher. O conjunto de idéias que deu suporte e substância a essa expressão foi elaborado a partir de uma compreensão particular acerca da opressão sofrida pelas mulheres no âmbito do Patriarcalismo – noção sintonizada com as discussões feministas em cenário internacional. (DEBERT; GREGORI, 2008, p.168).

Com base nessa afirmação, percebemos que o movimento político das mulheres traz para o debate um elemento que não é novo, mas que passa a ter ênfase, principalmente, no Brasil a partir da década de 1980 com o processo de redemocratização do país e de avanço nas lutas dos movimentos sociais como um todo e dentre eles o movimento de mulheres.

A partir disso, o Brasil passa construir estratégias para combater e tirar do âmbito privado a violência contra as mulheres ocorridas no âmbito doméstico. De acordo com a

Convenção Belém do Pará (2004), a qual se configura como qualquer ato de violência de gênero do qual resulte, ou possa resultar, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para as mulheres, incluindo as ameaças de tais atos, a coação ou a privação arbitrária de liberdade, que ocorra, quer na vida pública, quer na vida privada.

Durante esse período de lutas, um caso de violência contra mulher ganha notoriedade. Uma farmacêutica cearense ficou paraplégica em consequência de duas tentativas de homicídio praticadas contra ela por seu marido, que, à época, permanecia impune e em vias de ser beneficiado com a prescrição do crime. A luta de Maria da Penha contribuiu para combater a omissão do Estado brasileiro no tocante a violência contra a mulher, resultando na promulgação da Lei n. 11.340/2006, que recebeu o nome da farmacêutica “Maria Penha” (SOUZA, 2009).

A Lei Maria da Penha se transformou no principal instrumento legal de enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres no Brasil. A Lei Maria da Penha trouxe inúmeras conquistas, por exemplo, estabelece a criação de mecanismo judicial específico - os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres com competência cível e criminal; inovou com uma série de medidas protetivas de urgência para as vítimas de violência doméstica; reforçou a atuação das Delegacias de Atendimento à Mulher, da Defensoria Pública, do Ministério Público e de uma rede de serviços de atenção à mulher em situação de violência doméstica e familiar.

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram parentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitAÇÃO. Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual. Art. 6º A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos. (BRASIL, 2006, online).

Como podemos observar, a promulgação da Lei Maria da Penha trouxe inúmeras melhorias para a defesa dos direitos das mulheres, elevando o enfrentamento da violência contra as mulheres ao campo de política pública, com diversos mecanismos e estratégias de assistência à mulher em situação de violência. Dentre as estratégias estão as medidas protetivas sobre os quais o juiz pode arbitrar nas seguintes formas:

I - encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento; II - determinar a recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após afastamento do agressor; III - determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos; IV - determinar a separação de corpos. (BRASIL, 2006, online).

As medidas protetivas aplicadas nos casos de violência contra as mulheres são estratégias com vistas a garantir os direitos das mulheres como também assegurar o direito à vida e a segurança das mulheres e seus filhos (as) nas situações de violência nas quais a vida da mulher está ameaçada.

Recentemente a modificação trazida pela Lei n. 13.104/2015 alterou o Código Penal para incluir mais uma modalidade de homicídio qualificado, o Feminicídio, caracterizado quando o crime for praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino. Assim sendo, ocorrerá o feminicídio nos seguintes: violência doméstica e familiar; menosprezo ou discriminação à condição de mulher.¹

A pena do Feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto; contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos ou com deficiência; na presença de descendente ou de ascendente da vítima. Com isso, a pena do homicídio, que originalmente é de 6 a 20 anos de reclusão, passará para 12 a 30 anos de reclusão. Logo, o Feminicídio entra no rol dos crimes hediondos.

Portanto, a criação de leis são indispensáveis para a criação de políticas e serviços públicos visando à proteção e promoção à vida das mulheres em situação de violência, mas é essencial a mudança de mentalidades para que as mesmas sejam executadas conforme suas prerrogativas. Nesse sentido, poderemos observar no próximo capítulo a importância de serviços voltados ao enfrentamento das violências sofridas pelas mulheres.

¹ A referida lei está disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm

6 A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NA PARAÍBA – DADOS DA PESQUISA REALIZADA NA DEAM DE JOÃO PESSOA

Pesquisar sobre a temática da violência contra as mulheres é, sem dúvida, um percurso com inúmeras articulações, navegando por campos de saberes diversos, tendo em vista sua amplitude e o alcance de seus impactos nos meios acadêmicos e social. Assim, a pesquisa esteve para além de um processo de investigação e requer muita atenção, empenho, compromisso ético com o objeto delimitado.

Partindo dessa premissa, identificamos que o Estado da Paraíba conta com equipamentos importantes para o enfrentamento à violência contra as mulheres, quais sejam: Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH), Centros de Referência da Mulher (Campina Grande, Cajazeiras, João Pessoa, Patos e Santa Luzia.), Casa Abrigo Aryane Thais, onze Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (João Pessoa, Cabedelo, Bayeux, Campina Grande, Guarabira, Patos, Cajazeiras, Sousa, Monteiro), dois núcleos de delegacia nas Seccionais de Queimadas e Esperança e Hospitais de Referência no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e sexual, entre outros equipamentos.

No presente estudo, a DEAM de João Pessoa foi o campo da pesquisa. Sobre a delegacia, vale ressaltar que esta foi criada no dia 6 de março de 1987, sendo a terceira a ser instalada no Brasil e está localizada na Av. Dom Pedro II, 853 - Centro, João Pessoa/PB, além de desenvolver funções policiais e de investigação criminal básicas, atendendo as mulheres, acolhendo suas denúncias e punindo os agressores.

Desse modo, cabe destacar as atribuições das DEAMs, como previsto no artigo 11 da Lei n. 11.340/2006, em que constam alguns procedimentos que devem ser realizados nas DEAMs:

I - garantir proteção policial, quando necessário, comunicando de imediato ao Ministério Público e ao Poder Judiciário. II - encaminhar a mulher aos estabelecimentos de saúde e ao Instituto Médico Legal. III - fornece transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida. IV - acompanhá-la para a retirada de seus pertences quando necessário. V - informá-la de seus direitos e sobre os serviços disponíveis” (BRASIL, 2010, p. 35).

As mulheres que se direcionam à DEAM João Pessoa - Unidade Norte – têm acesso a serviços que não se restringem à mera denúncia, mas no local elas recebem as devidas orientações de modo que salvaguarde a vida das mesmas, contra seus agressores, além da informação a respeito dos direitos e serviços oferecidos na rede de atendimento.

Como vimos anteriormente, as Delegacias especializadas de atendimento à mulher surgem em um contexto de lutas feministas por garantias de direitos, dentre eles, o direito primordial, que é o direito à vida.

Isso só foi possível graças ao processo de abertura política ocorrida no Brasil: a saída de um governo autoritário e o processo de redemocratização do país foram fundamentais para que os direitos das mulheres fossem reconhecidos e as delegacias pudessem configurar como política pública voltada para o atendimento às mulheres vítimas de violência.

Assim a importância da criação desse mecanismo de combate a violência representou um avanço significativo. A primeira experiência registrada foi em 1985 no Governo do Estado de São Paulo, Delegação de Polícia de defesa da mulher.

No Brasil, a criação das Deams, “se tornou necessária pela dificuldade das mulheres denunciarem violências sofridas diante de policiais, muitas vezes, pouco sensíveis aos crimes praticados contra as mulheres, especialmente os crimes com violência doméstica e familiar.” (Barsted, 2007:14) e com a sua criação, enquanto política pública de segurança foi possível identificar que grande parte dos crimes sofridos pelas mulheres decorria do fato de serem mulheres, portanto, sofriam violência de gênero. (MEDEIROS, 2012, p.9).

A partir deste marco, outras experiências foram surgindo, dentre elas destaca-se a DEAM, na Paraíba, localizada inicialmente em João Pessoa, sendo o primeiro serviço de atendimento as mulheres em situação de violência no Estado da Paraíba.

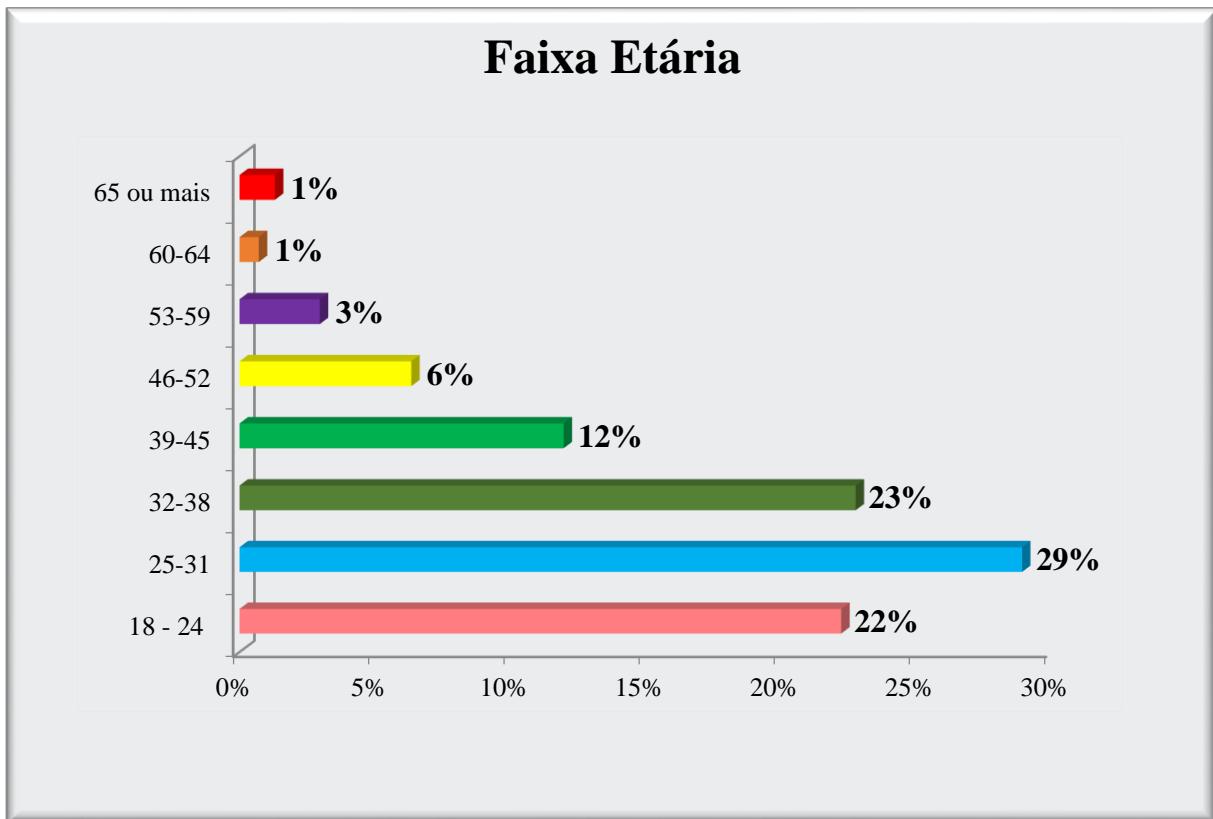
A DEAM /PB foi a terceira a ser instalada no Brasil, surgiu no ano de 1987. Atualmente está ligada à Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres e da Diversidade Humana do Estado da Paraíba e conta com uma equipe multiprofissional para realizar acolhimento, assistência social, orientação psicológica e jurídica as mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

A delegacia, no ano de 2014 (dois mil e quatorze), atendeu aproximadamente um total de 1.694 (hum mil seiscentos e noventa e quatro) vítimas em situação de violência. Foi a partir desses dados que geramos o recorte a ser utilizado em nossa pesquisa. Desta forma, selecionamos como a amostra para construção do perfil das vítimas de violência os registros de vítimas na faixa etária de respectivamente de 18 a 24 e de 25 a 31 anos.

Adiante teremos, então, a abordagem de elementos que possibilitarão o conhecimento e a compreensão do perfil das mulheres atendidas na DEAM, no município de João Pessoa/ PB, com base na pesquisa documental realizada, os dados foram tratados e serão apresentados no formato de gráficos, referentes aos recortes de Faixa Etária; Escolaridade; Situação

Ocupacional; Situação Conjugal; Tipo de violência; Relação autor/a da violência; e, Local da violência.

Gráfico 1 – Faixa Etária Geral das usuárias da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) de João Pessoa – Unidade Zona Norte

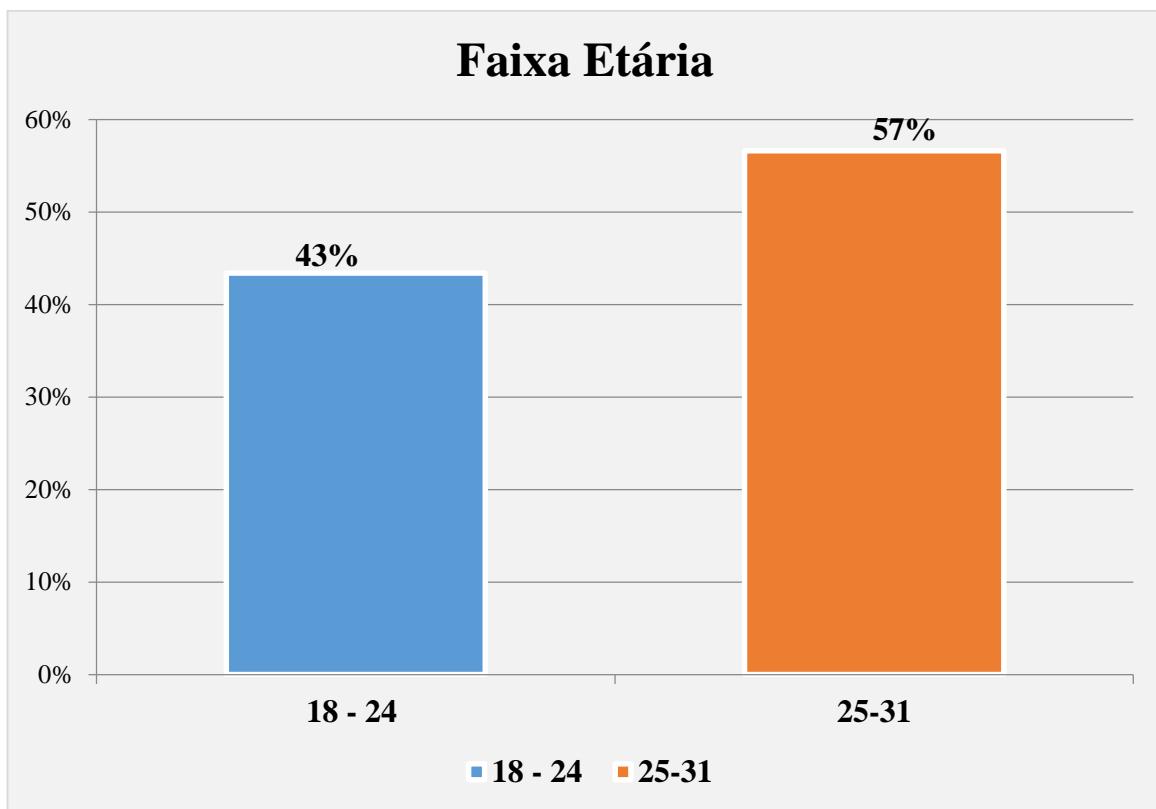


Fonte: Pesquisa Violência contra as Mulheres e Informação na DEAM/JP. PROBREX/Departamento Ciência da Informação/UFPB. 2015 e Sistema Integrado de atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Sexual (2015)

O Gráfico 1 é referente ao total de inquéritos analisados, fracionados por faixa etária, em que as duas primeiras classificações, respectivamente, de 18 a 24 e de 25 a 31 anos, totalizam 51% das vítimas em relação ao quadro geral. Portanto, os dados nacionais mostram que Mulheres Jovens (18 a 31 anos) são em geral as principais vítimas de violência e, por isto, delimitamos a amostra desta pesquisa neste universo, considerada representativa do contexto universo total, que será descrito nos gráficos abaixo.

Doravante, todos os gráficos apresentados são referentes ao recorte já mencionado em números reais são 864 mulheres em situação de violência entre 18 e 31 anos.

Gráfico 2 – Faixa Etária



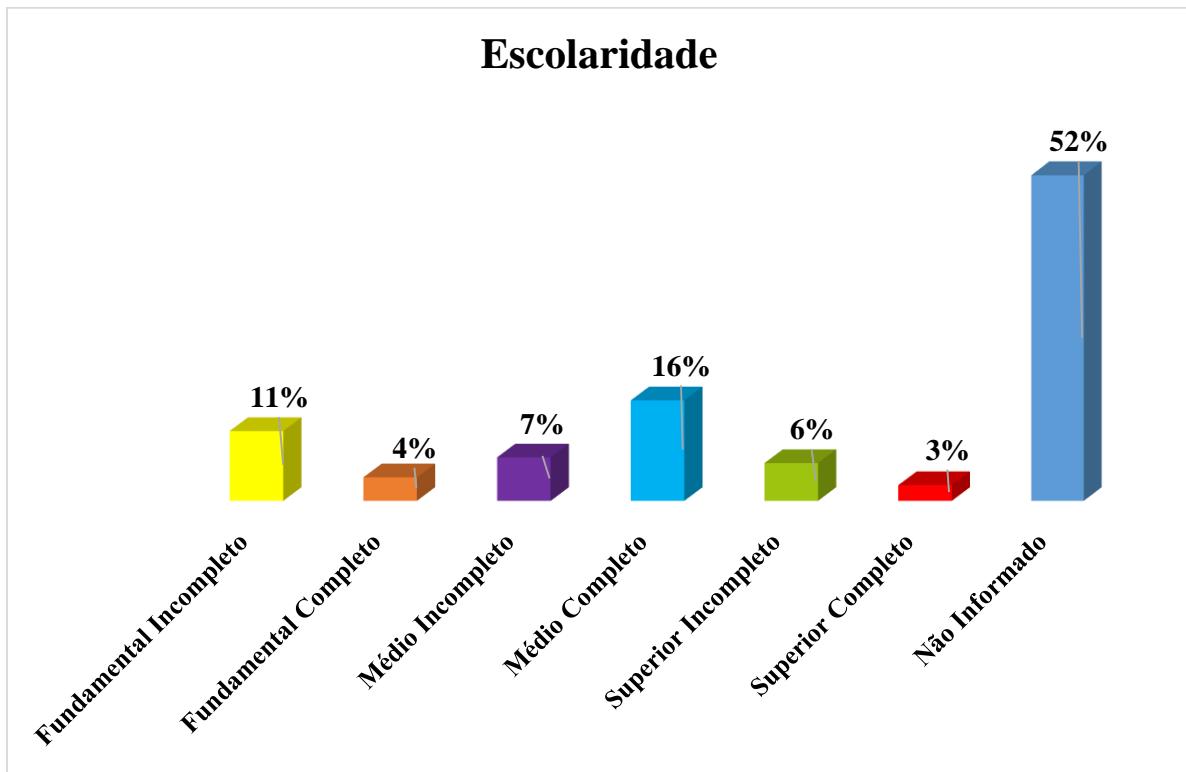
Fonte: Pesquisa Violência contra as Mulheres e Informação na DEAM/JP. PROBEX/Departamento Ciência da Informação/UFPB. 2015 e Sistema Integrado de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Sexual (2015)

Como visto, as mulheres da faixa etária de 18 a 31 anos foram as que mais procuraram a DEAM e fizeram denúncias, sendo que da faixa etária de 18 a 24 anos, corresponde a 43% e a faixa de 25 a 31 representou 57%. Não podemos afirmar que são as que mais sofrem violência, mas as que mais procuraram a DEAM no período pesquisado.

Os dados corroboram as da pesquisa – Mapa da Violência (2015) onde no Brasil os homicídios de mulheres representam uma 4,4 % a cada 100 mil mulheres, sendo que na Paraíba, isso representou a ocorrência de 126 homicídios em 2013. Sendo que na faixa etária de 18 a 24 anos de 3,3% e de 25 a 31 representa 2,9% a cada cem mil mulheres.

Os dados referentes aos homicídios são importantes para verificar como se comporta o fenômeno da violência contra mulheres. As mulheres em situação de violência em decorrência de barreiras emocionais, físicas e estruturais como a ausência de uma rede de proteção apresentam dificuldades para denunciar a situação em que se encontram.

Gráfico 3 – Escolaridade



Fonte: Pesquisa Violência contra as Mulheres e Informação na DEAM/JP. PROBEX/Departamento Ciência da Informação/UFPB. 2015 e Sistema Integrado de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Sexual (2015)

Quanto à escolaridade das vítimas, em 52% dos casos aparece como não informada, nos inquéritos, o que indica que há necessidade de melhor registro da informação no Sistema, para que seja possível o delineamento de ações eficazes para promover a autonomia das mulheres. Importante afirmar que com a Implantação do Sistema Integrado de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Sexual, em desenvolvimento a partir de 2015, o registro desta informação tem sido potencializado.

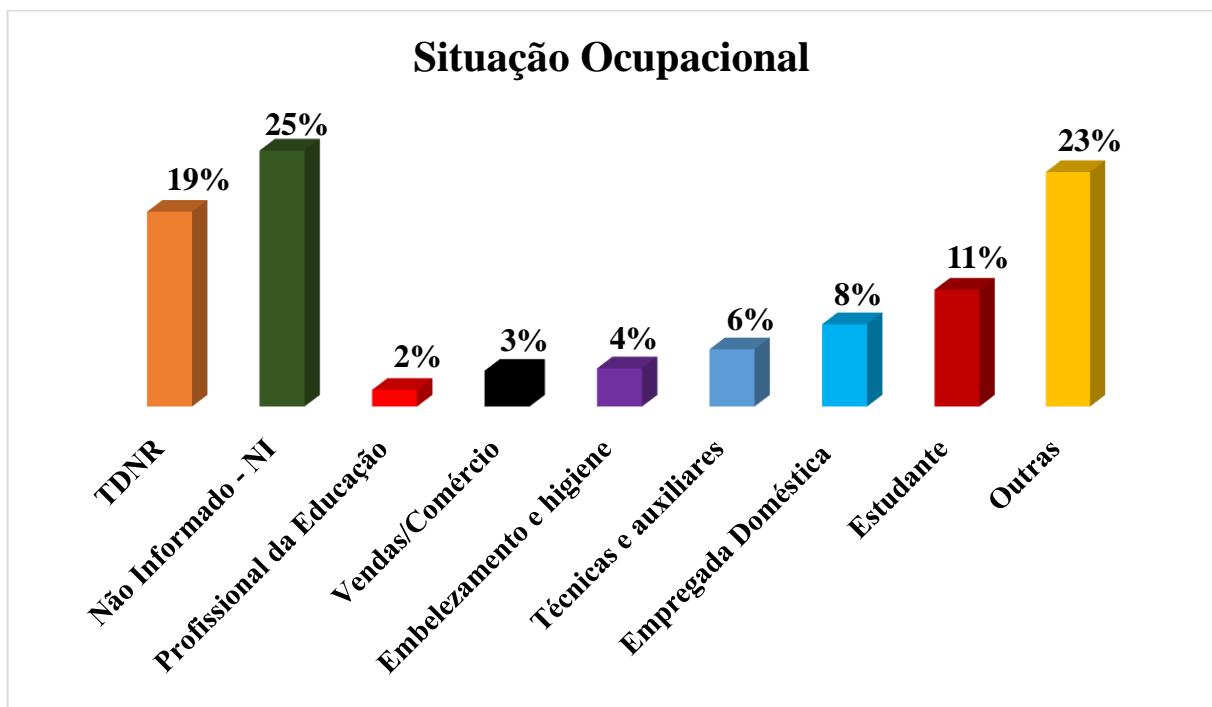
Levando em consideração as informações do quadro acima, o maior percentual de denúncias são de mulheres com o ensino médio completo, o menor percentual com o ensino superior completo, não aparecendo nos inquéritos pós-graduação. Observando os dados do ensino fundamental completo e incompleto, somam 15% das denúncias.

Mas não significa dizer que a violência não ocorra entre pessoas com maior nível de escolaridade, uma vez que estamos descrevendo as informações referentes ao universo delimitado, o que permite apenas inferir que este grupo tem acessado mais a DEAM. De toda forma, a educação contribui não só com a possibilidade das mulheres em acessar uma unidade de segurança, isto é, uma delegacia, mas possibilita que as mulheres possam romper com o ciclo da violência.

Inferimos que a educação é um fator fundamental para que as mulheres vítimas de violência rompam com este ciclo a que estão submetidas, na busca de acessar estruturas que forneçam assistência na saída da situação em que se encontra. (PAIVA; BARBOSA; OLIVEIRA, 2015).

Bem como, a informação disseminada que tratem e possam ajudar vítimas dessa situação.

Gráfico 4 – Situação Ocupacional



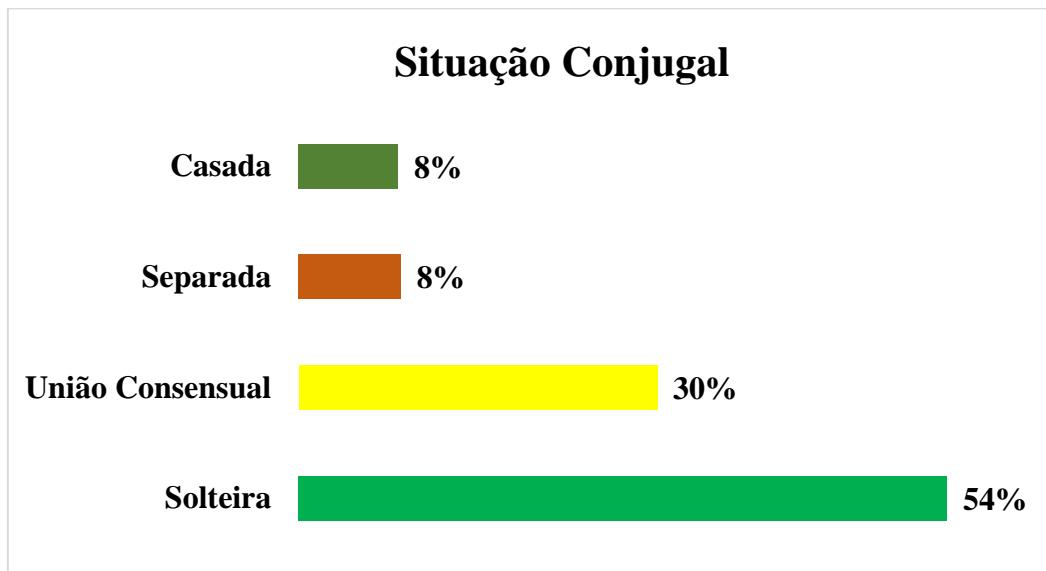
Fonte: Pesquisa Violência contra as Mulheres e Informação na DEAM/JP. PROBEX/Departamento de Ciência da Informação/UFPB. 2015 e Sistema Integrado de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Sexual (2015)

No gráfico referente a situação ocupação, Trabalho Doméstico Não Remunerado – TDNR, aparece em destaque com 19% das vítimas, seguido do percentual de estudantes, que chegam a marca de 11%.

O volume de outras profissões é bem expressivo, nessa categoria incluímos todas que não se repetem com frequências expressiva nos inquéritos, por exemplo: autônoma, costureira, funcionária pública, desempregada, etc. Todas as profissões acima citadas aparecem com uma certa constância, mesmo a categoria profissional da educação, que no gráfico acima conta com apenas 2%, nessa categoria, não estão incluídos apenas professoras, mas todas as profissionais da educação como por exemplo: cuidadoras em Centros de Referências de Educação Infantil, Inspetoras, Professoras.

Com base no gráfico 4 podemos afirmar que as mulheres que mais acessaram a DEAM são trabalhadoras domésticas não remuneradas e estudantes. Tal fato sugere alguns questionamentos que necessitam de maior aprofundamento na pesquisa para respostas mais aprofundadas: será que as informações sobre a DEAM estão mais acessíveis a estas mulheres? As mulheres sem emprego fixo, remunerado ou no caso das estudantes sem autonomia profissional consolidada, estão mais suscetíveis às relações de poder e, portanto, mais vulneráveis à violência? Tais fatos associados a escolaridade evidenciam a questão de classe que permeia o universo analisado e a necessidade do fortalecimento de políticas públicas de geração de trabalho e renda, cursos de formação, ações para inserção de mulheres jovens no mercado de trabalho para a conquista da independência financeira e o empoderamento das mulheres

Gráfico 5- Situação Conjugal



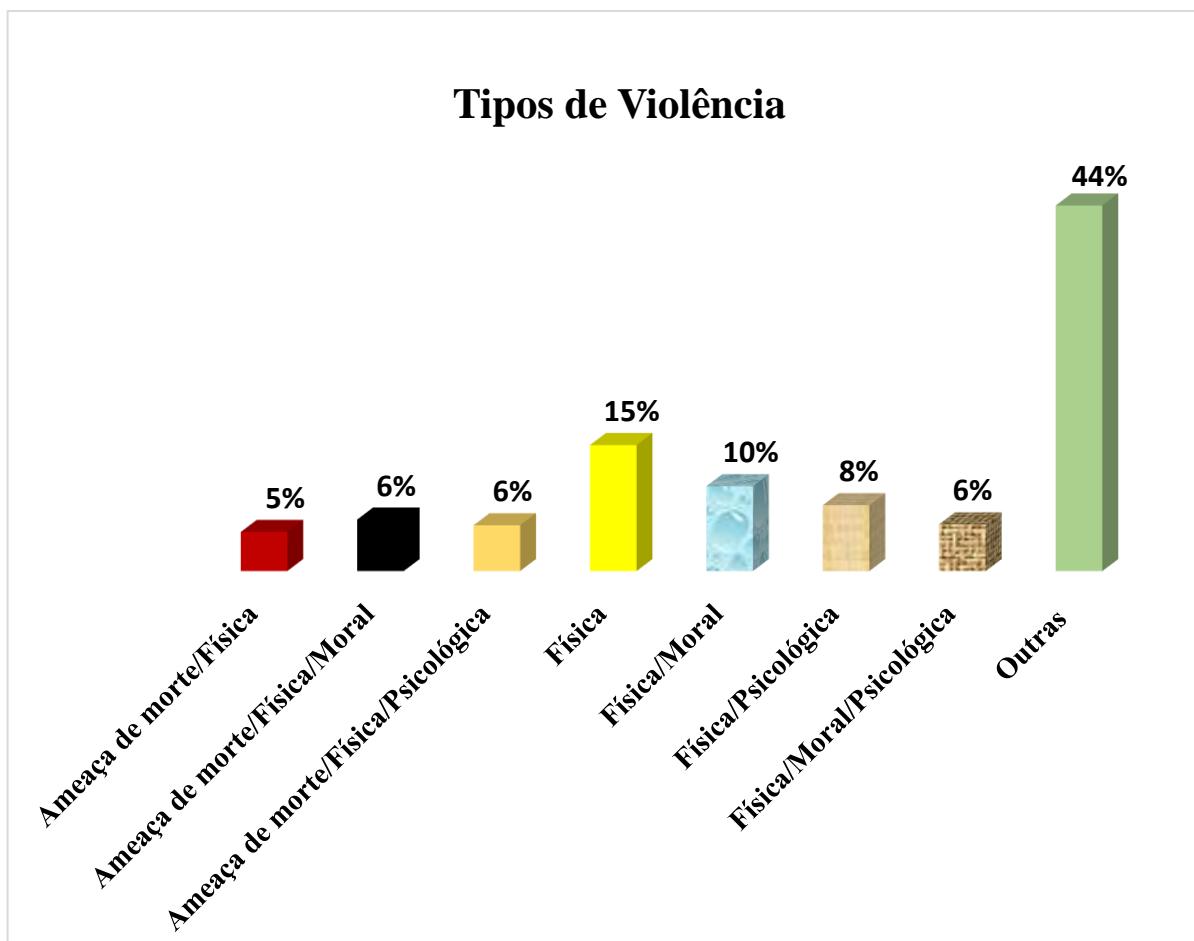
Fonte: Pesquisa Violência contra as Mulheres e Informação na DEAM/JP. PROBREX/Departamento Ciência da Informação/UFPB. 2015 e Sistema Integrado de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Sexual (2015)

Quanto à situação conjugal, verifica-se que a maioria das mulheres são solteiras, um universo de 54% das denúncias analisadas. Segundo o gráfico acima, apenas se somarmos os valores da união consensual e casada, temos 38% das mulheres que sofrem algum tipo de violência tem cônjuge. Vale ressaltar que nem sempre a violência sofrida tem como agressor o cônjuge, mas essa informação, analisaremos no gráfico 7 que trata da relação autor/a da violência. Importante frisar que na classificação solteira podemos ter mulheres que estavam casadas quando sofriam agressão, mas realizaram a denúncia após a separação.

[...] São solteiras, na maioria, têm filhos, sendo que uma em cada quatro tiveram filhos com os companheiros com quem viviam quando foram vitimadas. [...] Quase a metade das vítimas era solteira. Uma em cada quatro era casada legalmente. Uma em cada dez vivia junto a um companheiro. Não importa o estado civil, portanto, todas tiveram um destino semelhante, foram vítimas de tentativa ou de homicídio. (BLAY, 2003, p.95).

Como é o caso da pesquisa acima, realizada por Blay tomando por base os homicídios registrados nas delegacias gerais das cidades de São Paulo. Em sua pesquisa ela elabora um perfil das mulheres vítimas de homicídio. Seus dados mostram que as solteiras, são mulheres que já viveram com o agressor, sendo ele o ex-companheiro.

Gráfico 6 - Tipos de Violência



Fonte: Pesquisa Violência contra as Mulheres e Informação na DEAM/JP. PROBREX/Departamento Ciência da Informação/UFPB. 2015 e Sistema Integrado de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Sexual (2015)

A classificação dos tipos de violência, foi a parte mais complexa deste trabalho, desde o início da pesquisa. Como forma de manter a maior fidelidade possível dos fatos, optamos por agrupar por tipos de violência sofridos, por exemplo: uma vítima não sofre apenas um tipo de violência na maioria dos casos, o que pode acontecer é da vítima relatar ou dar ênfase a apenas

um tipo, como no caso da violência física demostrada no gráfico 6, que aparece de maneira isolada com um percentual expressivo, totalizando 15% do universo pesquisado.

Nos demais casos, são conjuntos de violências, e nossa contagem foi realizada com base na repetição do conjunto completo. Como no caso da ameaça de morte, que aparece acompanhada nos três casos da violência física, porém para manter a fidelidade aos inquéritos, optamos por não juntar em uma categoria específica, percebendo que a ameaçada de morte esta acompanhada da violência física e pode variar na composição do conjunto entre a violência moral ou psicológica.

Em relação à categoria outros, com 44%, destacam-se aquelas combinações que não chegaram a 5% cada. Além dos tipos de violência que estão demonstradas no gráfico outros tipos aparecem na categoria outros, em conformidade com análise feita nos inquéritos, constamos a violência sexual, cárcere privado, violência patrimonial e relatos de vítimas que afirmaram não ter sofrido violência (NSV).

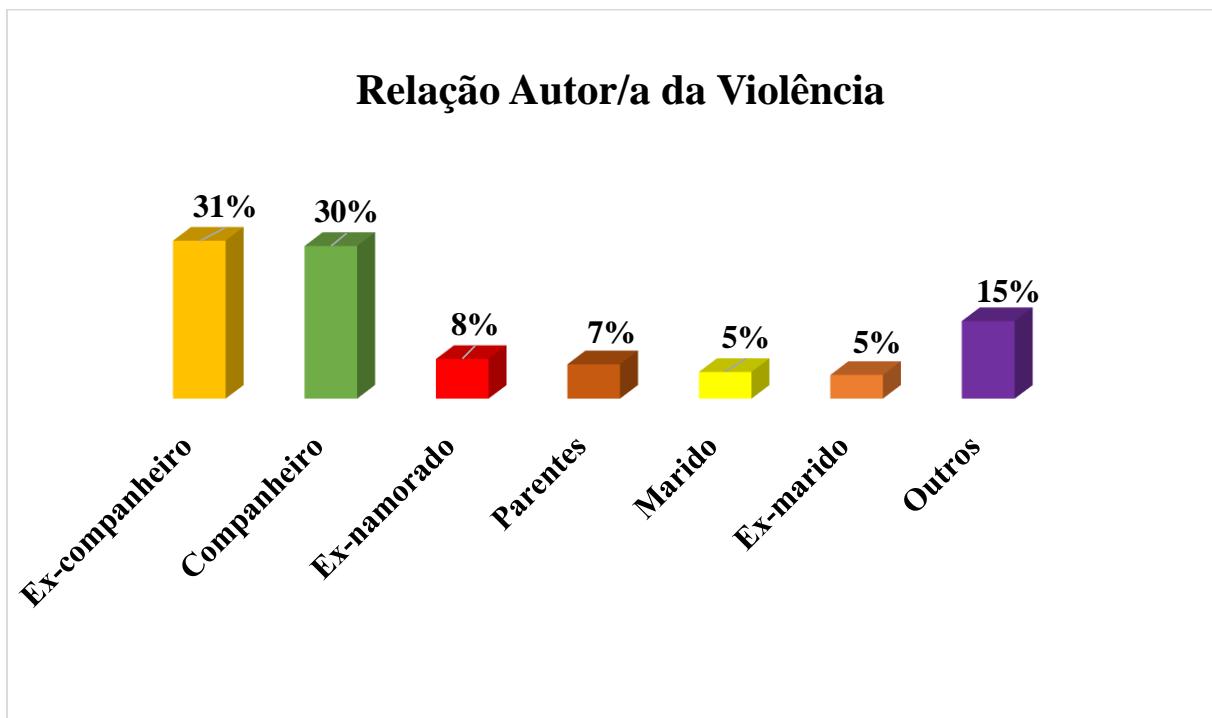
No que se refere a ameaça de morte, mesmo não aparecendo isoladamente, observamos que em combinação com a física, moral e psicológica atinge um percentual de 17%, o mesmo acontece com moral e a psicológico, quando observamos a moral junto com a física e a psicológica soma-se 22%, como podemos verificar no gráfico que a psicológica em combinação com outras chega a atingir 18%. É preciso entender que a violência psicológica é o processo que gera outros tipos de violência e quase sempre passa despercebida pelas próprias mulheres.

Violência psicológica é toda ação ou omissão que causa ou visa causar dano à auto-estima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa. Inclui: ameaças, humilhações, chantagem, cobranças de comportamento, discriminação, exploração, crítica pelo desempenho sexual, não deixar a pessoa sair de casa, provocando o isolamento de amigos e familiares, ou impedir que ela utilize o seu próprio dinheiro. Dentre as modalidades de violência, é a mais difícil de ser identificada. Apesar de ser bastante freqüente, ela pode levar a pessoa a se sentir desvalorizada, sofrer de ansiedade e adoecer com facilidade, situações que se arrastam durante muito tempo e, se agravadas, podem levar a pessoa a provocar suicídio. (BRASIL, 2001 online).

Se analisarmos a definição acima de violência psicológica, percebemos que ela precede na maioria dos casos todos os outros tipos de violência, (vale ressaltar que é possível que ocorra uma agressão física sem ter acontecido uma psicológica antes) mesmo sendo um tipo de violência que ganha pouco enfoque na mídia, sua presença é constante nos relatos das mulheres, quase sempre sem perceber que sofria agressões antes do ápice da violência, a agressão física. (SILVA, COELHO, CAPONI; 2007).

O que podemos visualizar no universo estudado e em outras pesquisas é que há um conjunto de violências sofrido pelas mulheres, o que representa grave violação dos direitos humanos.

Gráfico 7– Relação Autor/a da Violência

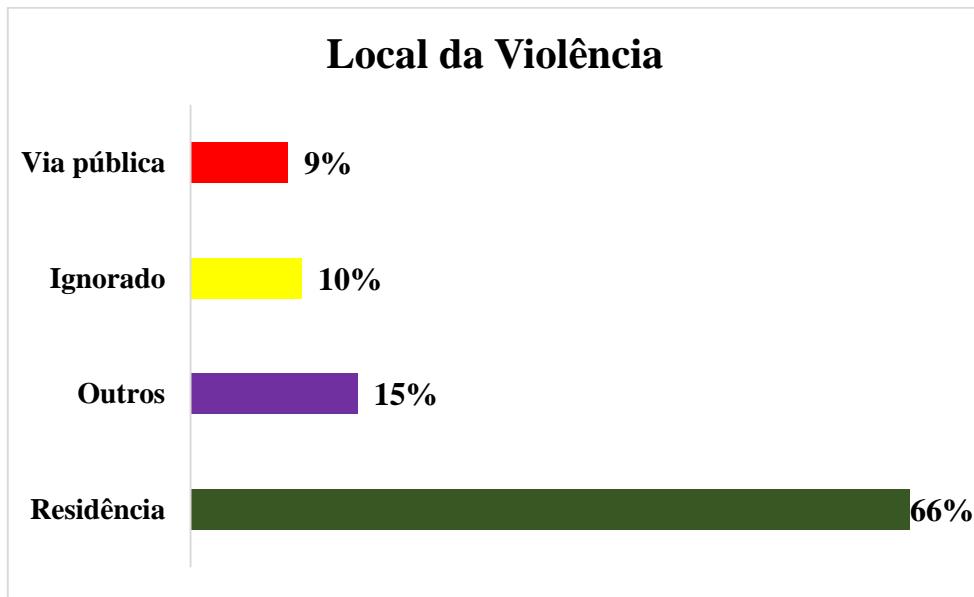


Fonte: Pesquisa Violência contra as Mulheres e Informação na DEAM/JP. PROBREX/Departamento Ciência da Informação/UFPB. 2015 e Sistema Integrado de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Sexual (2015)

A relação com o autor/a da violência, nos mostra que os homens com quem as mulheres estabelecem ou estabeleceram relação de afeto são os maiores agressores, quase 80% da amostra. Tal dado também se assemelha a pesquisas nacionais, como por exemplo o Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil as quais evidenciam que são os companheiros os maiores agressores das mulheres: “Para as jovens e as adultas, de 18 a 59 anos de idade, o agressor principal é o parceiro ou ex-parceiro, concentrando a metade de todos os casos registrados.” (WAISELFISZ, 2015, p. 48)

As violências acontecem no âmbito doméstico, como pode ser evidenciado no Gráfico 8. Outro dado importante, são os números para parentes agressores, com um universo de 7%, mostrando que o sistema machista, patriarcal é produtor de violência contra as mulheres.

Gráfico 8 – Local da Violência



Fonte: Pesquisa Violência contra as Mulheres e Informação na DEAM/JP. PROBREX/Departamento Ciência da Informação/UFPB. 2015 e Sistema Integrado de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Sexual (2015)

Referente ao local da violência, a residência é o palco principal com 66% da agressões ocorridas, “[...] a residência é o local privilegiado de ocorrência da violência não letal, para ambos sexos; significativamente superior para o sexo feminino (71,9%), em relação ao masculino (50,4%)” (WAISELFISZ, 2015, p. 50).

No gráfico 8, a categoria “outros” abarcam locais como casa de algum parente, do agressor, bar, lanchonete e outros estabelecimentos. “Ignorados” são os casos onde o local da violência não estava especificado em nenhuma parte do inquérito, tornando a informação indisponível.

Observamos a disparidade de violências cometidas em vias públicas e a violência cometida na residência da mulher, local que deveria ser de segurança e afeto. Dessa forma, consideramos que a pesquisa apresentada está em consonância com os inúmeras estudos já realizados sobre a violência cometida contra as mulheres, pois afirmam que o tipo de violência mais sofrido pelas mulheres é a violência doméstica.

Considerando a importância das/os bibliotecárias/os refletirem a respeito de problemáticas sociais como a violência contra as mulheres, podendo atuar em unidades informacionais da rede de atendimento às mulheres em situação de violência contra as mulheres para organizar, produzir, disseminar e democratizar informações para a redução das desigualdades sociais de gênero, raça, classe, orientação sexual, entre outros.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de adentrar nos inúmeros achados da presente pesquisa, gostaríamos de expor alguns obstáculos encontrados para consecução da mesma. As dificuldades em realizar uma pesquisa documental e bibliográfica, são inúmeras. Por outro lado, os achados na análise documental e nas referências bibliográficas reafirmam o objetivo desta pesquisa e seus desdobramentos.

A partir da análise das lutas das mulheres até os avanços com criação de uma lei própria para combater a violência doméstica, consideramos que o maior desafio que se sobrepõe aos direitos das mulheres, consiste na superação do machismo e de suas estratégias de opressão sobre as mulheres.

Assim como já foi exposto, inúmeras estratégias são elaboradas no intuito de garantir essa superação, entretanto, essas ações ainda se mostram insuficientes diante do aumento significativo da violência cometida contra às mulheres e a naturalização e a culpabilização das mulheres frente a violência sofrida, ainda hoje presente em nosso cotidiano.

Desse modo, a temática exige aprofundamento das estratégias, das pesquisas, da construção de redes de atendimento para o enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres com o envolvimento de diversas instâncias governamentais, não governamentais, da universidade por meio de projetos de pesquisa e extensão para que o Estado brasileiro se comprometa de forma efetiva com políticas públicas para as mulheres.

A partir da análise dos inquéritos instaurados na DEAM de João Pessoa/PB, tendo em vista os limites deste trabalho, o que se percebe é que por mais que seja afirmado o direito das mulheres a segurança e à vida, é possível identificar concretamente o alto número de mulheres atendidas na DEAM de João Pessoa, órgão que vem adotando estratégias de enfrentamento a violência contra mulheres.

Notamos a necessidade de profissional da informação nos órgãos de atendimento às mulheres em situação de violência, a exemplo da DEAM de João Pessoa, para a organização dos dados de atendimento e o registro consistente dos mesmos para a geração de informação estatística que poderão auxiliar no planejamento de ações e a realização de pesquisa sobre o tema, assim como o controle social. Evidenciamos, por exemplo que em alguns inquéritos não são encontrados dados como: raça/cor, situação ocupacional, situação conjugal entre outros. Apontando assim, para a necessidade da existência de bibliotecária/o, profissional que conhece e possui conhecimento teórico e prático para tratamento dessas informações.

A propósito, quanto ao tratamento dos dados, sabemos que há uma indicação de que seja feito um levantamento bibliográfico acerca da temática e, assim a partir dos diversos estudos é possível chegar à compreensão de que as ações realizadas pela DEAM de João Pessoa figuram como uma estratégia primordial de enfrentamento a violência contra as mulheres, na cidade de João Pessoa. A DEAM realiza, em geral, o atendimento inicial, haja vista grande parte de suas ações serem de encaminhamento e orientação para a mulheres em situação de violência.

As análises dessa pesquisa conduziram ao entendimento de que é elemento necessário potencializar a divulgação dos dados registrados na DEAM, para visibilizar o trabalho desempenhado pela mesma e para que mais mulheres em situação de violência possam acessá-la. A pouca divulgação talvez seja reflexo da ausência de um/a profissional capacitado para o tratamento das informações que se responsabilize assim pelo registo das informações que caracterizam o perfil das mulheres em situação de violência na cidade de João Pessoa/PB. Destarte, é importante destacar que ações tem sido empreendidas pela Coordenação das Deams, pela Deam de João Pessoa e pela Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana para visibilizar a violência e produzir informações estatísticas, a exemplo da implantação do Sistema Estadual de Informação as Mulheres Vítimas de Violência.

As informações estatísticas apontaram a situação de vulnerabilidade social que se encontram as mulheres atendidas e que os marcadores de classe e raça são elementos que potencializam a violência doméstica contra as mulheres e necessitam ser analisados junto com o marcador sócia de gênero para que ações efetivas e condizentes com as necessidades informacionais das mulheres sejam colocadas em prática.

Por fim, a relevância desta pesquisa está em publicizar a violência contra as mulheres e assinalar a importância da atuação da/o bibliotecária/o nas Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher e outras unidades informacionais da rede de atendimento, o tratamento, armazenamento, produção e disseminação das informações registradas nos mais diversos órgãos para a coibição da violência doméstica contra as mulheres.

REFERÊNCIAS

10 ANOS da adoção da convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher: Convenção de Belém do Pará. Brasília: **AGENDE**, 2004. Disponível em: <<http://www.agende.org.br/revistaConvenBelemdPará.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2016.

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. Dados e fatos sobre Violência contra as Mulheres. Disponível em: <<http://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/dados-e-pesquisas-violencia/dados-e-fatos-sobre-violencia-contra-as-mulheres/>>. Acesso em: 21 Set. 2016.

ALMEIDA, N. B. F.; BAPTISTA, S. G. Breve histórico da biblioteconomia brasileira: formação do profissional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - CBB, 25., 2013, Florianópolis. **Anais....** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. Disponível em: <<https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1508>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia - BPCIB**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009. Disponível em: <[link para o texto completo: http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/17/39](http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/17/39)>. Acesso em: 08 out. 2016.

ALVES, B. M.; PITANGUY, J. **O que é feminismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. Coleção primeiros passos.

ARAÚJO, C. A. A. Ciência da informação, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia: relações institucionais e teóricas. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 16, n. 31, p.110-130, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/issue/view/1622>>. Acesso em: 03 out. 2016.

_____. Correntes teóricas da biblioteconomia. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 9, n.1, p. 41-58, jan./dez. 2013. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/247>>. Acesso em: 05 out. 2016.

ARAÚJO, E. A. Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto de organizações não governamentais (ONGs) brasileiras. **Ciência da Informação**, Brasília, D.F. v. 29, n. 2, p. 155-167, mai./ago. 1999. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1683>>. Acesso em: 08 out. 2016.

ARAÚJO, M. F. Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, n. 2, v. 17, p. 4 – 52, 2005.

BARRETO, A. A. A questão da informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação Seade, v. 8, n. 4, 1994. Disponível em: <<http://aldoibct.bighost.com.br/quest/quest2.pdf>>. Acesso em: 03 aut. 2016.

BLAY, E. A. 8 de março: conquistas e controvérsias. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 601-607, 2001. Disponível em:<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000200016/8870>>. Acesso em: 04 jun.2016. Acesso em: 04 jun. 2016.

_____. Violência contra a mulher e politicas publicas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 87-98, 2003.

BOTASSI, M. Bibliotecária (o): a profissão no feminino e o mercado. **Palavra-Chave**, n.4, p.3-4, maio 1984.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Tempos e Memórias Feminismo no Brasil**. Brasília: SPM, 2010. Disponível em:< www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2010/titulo-e-memorias>. Acesso em: 20 ago., 2016.

_____. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, 7 de agosto de 2006. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 21 jul. 2016.

_____. **Lei nº 10.683, de 28 maio de 2003.** Disponível em:
<<https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=lei%2010.683>>. Acesso em: 21 jul., 2016.

_____. Presidência da República. Secretaria de Política para as Mulheres. **Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres – DEAMs**. Brasília, 2010.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília, 2011. Disponível em:<<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/rede-de-enfrentamento>>. Acesso em: 20 ago., 2016.

_____. **Lei nº 11.104, de 09 março de 2015.** Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm>. Acesso em 20 set., 2016.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar:** orientações para prática em serviços. Brasília: Ministério da Saúde; 2001. [Cadernos de Atenção Básica n. 8. Série A – Normas e manuais técnicos n.131]. disponível em: <<https://www.google.com.br/search?q=Viol%C3%Aancia+intrafamiliar%3A+orienta%C3%A7%C3%A7%C3%85es+para+pr%C3%A1tica+em+servi%C3%A7%C3%A7%C3%85os.&oq=Viol%C3%Aancia+intrafamiliar%3A+orienta%C3%A7%C3%A7%C3%85os+para+pr%C3%A1tica+em+servi%C3%A7%C3%A7%C3%85os.&aqs=chrome..69i57.564j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>>. Acesso em: 11 nov.2016.

BUFREM, L. S. Fundamentos sociais e políticos da biblioteconomia. **Educar**, Curitiba, n. 4, v. 1, p. 108-122, jan./jun., 1985.

BURFREM, L.S.; NASCIMENTO, B.S. A questão do gênero na literatura em ciência da informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v.18, Edição Especial, p. 199-214, dez., 2012. Disponível em:< <http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/33285>>. Acesso em: 08 nov., 2016.

CAMARGO, M.; AQUINO, S. Redes de cidadania e parcerias: enfrentando a rota crítica. In: BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. – **Diálogos sobre a violência doméstica e de gênero**: construindo políticas para as mulheres. Brasília: [s.n.], 2003. Disponível em:<<https://www.google.com.br/search?q=Redes+de+cidadania+e+parcerias%3A+enfrentando+a+rota+cr%C3%ADtica&oq=Redes+de+cidadania+e+parcerias%3A+enfrentando+a+rota+cr%C3%ADtica&aqs=chrome..69i57j69i59.530j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>>. Acesso em: 20 set. 2016.

CASTRO, C. A. **História da Biblioteconomia**. Brasília: Thesaurus, 2000.

CÔRTEZ, G. R.; LUCIANO, M. C. F.; DIAS, K. C. O. A informação no enfrentamento à violência contra mulheres: Centro de Referência da Mulher “Ednalva Bezerra”: relato de experiência. **Biblionline**, João Pessoa, v.8, p.134-151, 2012. Edição especial.

CÔRTEZ, G. R.; ALVES, E. C.; SILVA, L. K. R. Mediação da informação e violência contra mulheres: disseminando a informação estatística no Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 16. 2015. João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2015.

COSTA, A. A. A. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, Niterói, v. 5, n. 2, p. 9-35, 2005.

COSTA, A. A. A.; SARDENBERG, C. M. B. Teoria e práxis feministas na academia: os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, Número Especial, ano, 2, 2º semestre, p. 387-400, 1994. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16171/14722>>. Acesso em: 23 ago.2016.

CUNHA, M. V. O papel social do bibliotecário. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência de Informação**, Florianópolis, n.15, p.1-6, 1º sem.2003.

DEBERT, G. G.; GREGORI, M. F. Violência e gênero novas propostas, velhos dilemas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 165-185, 2008. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n66/06.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2016.

FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 47-71, jan./abr. 2004.

FERREIRA, M. M. O profissional da informação no mundo do trabalho e as relações de gênero. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 189-201, maio/ago. 2003.

FIGUEIREDO, M. A. **Feminismo no Brasil**: retrospectivas. In: COSTA, A. A.A.; SERDENBERG, C. M. B. (Orgs.). O feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectiva. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. Disponível em:<<https://www.google.com.br/search?q=FONSECA%2C+J.+J.+S.+Metodologia+da+pesquisa+>>

cient%C3%ADfica.+Fortaleza%3A+UEC%2C+2002.+Apostila.&oq=FONSECA%2C+J.+J.+S.+Metodologia+da+pesquisa+cient%C3%ADfica.+Fortaleza%3A+UEC%2C+2002.+Apostil a.&aqs=chrome..69i57.519j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em: 10 nov. 2016.

FREIRE, G. H. A. Ciência da informação: temática, história e fundamentos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 6-19, jan./abr. 2006.

FREIRE, I. M. **A responsabilidade social da ciência da informação e/ou o olhar da consciência possível sobre o campo científico**. 2001. (Dout. Ciência da Informação). Rio de Janeiro: UFRJ: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia: universidade do Rio de Janeiro, 2001.

GARCIA, J. C. R.; TARGINO, M. G.; DANTAS, E. R. F. Conceito de Responsabilidade Social da Ciência da Informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 17, n. 1, p. 1-25, jan./jun. 2012.

GIACOMETTI, M. M.; VELLOSO, M. F. Bibliotecária: uma profissão feminina. **Boletim ABDF Nova Série**, v.10, n.1, p.15-16, jan./mar. 1987.

KRENKEL, S.; MORÉ, C. L. O. O. O Acolhimento dos profissionais que atuam em Casa Abrigo na perspectiva de mulheres que sofreram violência. **Psico - Revistas da PUCRS**, Porto Alegre, v. 46, n. 2, pp. 254-264, abr.-jun. 2015. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico>>. Acesso em: 21 set. 2016.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

_____. **Metodologia do Trabalho Científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LE COADIC, Y. F. **A Ciência da Informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MEDEIROS, L. Deam: uma Invenção do Movimento de Mulheres e Feminista no Contexto da Redemocratização Brasileira. ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO – ofício do historiador: Ensino e Pesquisa, 15., 2012, Nilópolis. **Anais**.... Nilópolis: FFP/UERJ, 2012. Disponível em:<http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338414256_ARQUIVO_ArtigoAnpuh.2012.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2016.

MARTUCCI, E. M. A feminização e a profissionalização do magistério e da biblioteconomia: uma aproximação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.1, n.2, p.225-244, jul./dez. 1996.

MARTELETO, R. M. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n.1, 1995.

MIRANDA, A. L. C. **Ciência da Informação e a teoria do conhecimento objetivo: um relacionamento necessário**. In: O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e

especificidade. João Pessoa, UFPB, 2002. p. 9-24. Disponível em:<http://www.antoniomiranda.com.br/ciencia_informacao/conhe_objetivo.html>. Acesso em: 26 out.2016.

MONTEIRO, J. L. S. et al. Novos espaços de atuação do profissional da informação: o bibliotecário e o seu perfil face aos novos tempos. In: ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO, 14, 2011, São Luís. **Anais....** São Luís: UFMA, 2011. Disponível em: <<https://www.google.com.br/search?q=NOVOS+ESPA%C3%87OS+DE+ATUA%C3%87%C3%83O+DO+PROFISSIONAL+DA+INFORMA%C3%87%C3%83O%3A+o+bibliotec%C3%A1rio+e+o+seu+perfil+face+aos+novos+tempos1&oq=NOVOS+ESPA%C3%87OS+DE+ATUA%C3%87%C3%83O+DO+PROFISSIONAL+DA+INFORMA%C3%87%C3%83O%3A+o+bibliotec%C3%A1rio+e+o+seu+perfil+face+aos+novos+tempos1&aqs=chrome..69i57.585j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>>. Acesso em: 20 out. 2016.

MORAES, M. B. A Interdisciplinaridade da biblioteconomia a partir da sua historicidade curricular. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO- CBBD, 26, **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 11, n. especial, p. 9-26, 2015. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/554/412>>. Acesso em: 08 out.2016.

MORAES, M. B.; LUCAS, E. O. A Responsabilidade social na formação do bibliotecário brasileiro. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 109-124, jan./jun. 2012.

MUELLER, S. P. O ensino da biblioteconomia no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v.14, n,1, p.3-15, jan./jun. 1985.

NASCIMENTO, D. M.; MARTELETO, R. M. A informação construída nos meandros dos conceitos da Teoria Social de Pierre Bourdieu. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v.5, n.5, out. 2004.

NASCIMENTO, M. J. Informação e cidadania: necessidades e formas de busca por parte da mulher catarinense. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 13, n. 2, p. 123-150, jul./dez. 2003.

ORTEGA, C. D. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v.5, n. 5, p. 1-13, out.,2004.

PAIVA, A. M.; BARBOSA, L. C.; OLIVEIA, T. G. **Mulheres em situação de violência: olhares feministas sobre a rede de atendimento (Orgs.)**. João Pessoa: Ideia, 2015.

PASINATO, W.; SANTOS, C. M. **Mapeamento das Delegacias da Mulher no Brasil**. Campinas, Pagu/UNICAMP, 2008. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/mapeamento-das-delegacias-da-mulher-no-brasil>>. Acesso em: 23 set. 2016.

PINHEIRO, A. C. L. et al. Os diversos espaços de atuação para o profissional bibliotecário. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, v.2, n.2, out. 2012. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/issue/view/105>>. Acesso em: 19 out. 2016.

PINHEIRO, L. V. R. Gênese da Ciência da Informação ou sinais anunciantes da nova área. In: AQUINO, M. A. (Org.). **O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidade**. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, p. 61-86, 2002.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em:<
<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>>. Acesso em: 03 jun.2016.

RASCHE, F. Papéis de gênero e sua influência na formação acadêmica das mulheres estudantes de Biblioteconomia em Santa Catarina. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 3, n. 3, p. 77-95, 1998.

ONU. **World Conference of the International Women's Year**. Nova Iorque, 1976. Disponível em: <

<https://www.google.com.br/search?q=Relat%C3%B3rio+da+Confer%C3%A7%C3%A3o+Mundial+do+ano+Women%60s+internacional.+Cidade+do+M%C3%A9rcado+de+junho+a+2+de+julho+de+1975+New+York%2C+1976.&oq=Relat%C3%B3rio+da+Confer%C3%A7%C3%A3o+Mundial+do+ano+Women%60s+internacional.+Cidade+do+M%C3%A9rcado+de+junho+a+2+de+julho+de+1975+New+York%2C+1976.&aqs=chrome..69i57.628j0j7&sourc eid=chrome&ie=UTF-8#q=Relat%C3%B3rio+da+Confer%C3%A7%C3%A3o+Mundial+do+ano+Women%27s+internacional.+Cidade+do+M%C3%A9rcado+de+junho+a+2+de+julho+de+1975+New+York,+1976>. Acesso em: 09 jul. 2016.

RIBEIRO, M. Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 446- 457, 1995.

SANTOS, A. P. L.; RODRIGUES, M. E. F. Biblioteconomia: gênese, história e fundamentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 116-131, jul./dez. 2013. Disponível em:<
<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pbcib/article/view/19488>>. Acesso em: 17 out. 2016.

SAFFIOTTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, v.16, pp.115-136, 2001. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf>. Acesso em: 31 jul.,2016.

SANTOS, A. **O movimento feminista no processo de formulação das políticas públicas de enfrentamento da violência doméstica contra a mulher**. In: CONGRESSO FEMINISTA – o mal da diferença, 2008. Lisboa, Faculdade de Belas Artes, p. 61-106, 2008.

SANTO, P. E. Os estudos de gênero na Ciência da Informação. **Em Questão**, Rio Grande do Sul, v. 14, n. 2, 2008.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, 1996.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Tradução de Christine Rufino Dabat; Maria Betânia Ávila. p. 1-35, 1989.

SILVA, L. L.; COELHO, E. B.S.; CAPONI, S. N. C. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface: comunicação, saúde, educação**, Florianópolis, v. 11, n. 21, p. 93-103, jan./abr. 2007.

SILVEIRA, L. P. Serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência. In: DINIZ, S. G; SILVEIRA, P. L.; MIRIN, L. A. L. (Orgs.). **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher**: alcances e limites. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006, p. 45-77.

SILVA, L. K. R. **Bamidelê**: por uma sociologia da informação étnico-racial na organização das mulheres negras da Paraíba. 2014. 122 f. Dissertação (Mestrado em ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: <<https://www.google.com.br/search?q=BAMIDEL%C3%8A%C3%A+POR+UMA+SOCIOLOGIA+DA+INFORMACAO+NA+ORGANIZA%C3%87%C3%83O+%C3%89TNICO-RACIAL+NA+ORGANIZA%C3%87%C3%83O+DAS+MULHERES+NEGRAS+DA+PARA%C3%83O&oq=BAMIDEL%C3%8A%C3%A+POR+UMA+SOCIOLOGIA+DA+INFORMACAO+C3%89TNICO-RACIAL+NA+ORGANIZA%C3%87%C3%83O+DAS+MULHERES+NEGRAS+DA+PARA%C3%83O&aqs=chrome..69i57.961j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>>. Acesso em: 27 set. 2016.

SOUZA, S. Fundamentos filosóficos da biblioteconomia. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 14, n. 2, p. 189-196, 1986. Disponível em: <<http://www.braptci.ufpr.br/braptci/v/a/8281>>. Acesso em: 05 Out. 2016.

SOUZA, P. R. A. **A Lei Maria da Penha e sua contribuição na luta pela erradicação da discriminação de gênero dentro da sociedade brasileira**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, 12, n. 61, fev. 2009. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5886>. Acesso em nov., 2016.

TANUS, G. F. S. C. Arquivos, bibliotecas e museus: várias histórias. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande - FURG, v. 28, n. 1, p. 85-100, jan./jun. 2014.

TELES, M. A. A. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

WAISELFIZ, J. J. **Mapa da violência 2015: Homicídios e Juventude do Brasil**. São Paulo: Flacso: Disponível em:< www.mapadaviolencia.org.br